



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA
PORTUGUESA/LIBRAS/LÍNGUA INGLESA**

MARILZA MAIA DOS SANTOS OLIVEIRA

**O DISCURSO SOBRE O SURDO E A SURDEZ NO
CINEMA BRASILEIRO: SILENCIAMENTO(S) E
CIRCULAÇÃO DE SENTIDO(S)**

Amargosa
2017

MARILZA MAIA DOS SANTOS OLIVEIRA

**O DISCURSO SOBRE O SURDO E A SURDEZ NO
CINEMA BRASILEIRO: SILENCIAMENTO(S) E
CIRCULAÇÃO DE SENTIDO(S)**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada em Letras/Libras com habilitação em Língua Portuguesa e Libras pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Adielson Ramos de Cristo

Amargosa
2017

MARILZA MAIA DOS SANTOS OLIVEIRA

**O DISCURSO SOBRE O SURDO E A SURDEZ NO CINEMA
BRASILEIRO: SILENCIAMENTO(S) E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Graduada ao curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e em Libras, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal da Bahia.

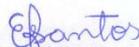
Aprovada 28 de setembro de 2017.

Banca examinadora



Adielson Ramos de Cristo (Orientador)

Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Emmanuelle Félix dos Santos

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Rogério Lúid Modesto dos Santos

Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal da Bahia

“O ouvido do surdo é o silêncio onde o barulho não entra”.

(Valdo Ribeiro da Nóbrega)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, autor e consumidor da minha fé, por ter me sustentado até aqui, iluminando os meus caminhos durante esta árdua caminhada.

Às minhas filhas que por muito tempo ficaram sem a minha presença enquanto eu estudava. Beatriz, que muitas vezes precisou da minha ajuda nas atividades escolares e não pôde contar comigo, pois sempre que ela chegava da escola eu havia saído para a Universidade. E Brenda que por inúmeras vezes tentava me esperar para coloca-la para dormir e adormecia antes que eu chegasse em casa.

Aos meus pais que me incentivaram a prosseguir nos estudos, mesmo não tendo frequentado uma escola, sabiam o quanto o conhecimento acadêmico faz a diferença em nossas vidas.

A minha amiga Nathalya Maia Sampaio de Andrade que por muito me apoiou e ajudou em diversas áreas da minha vida.

Aos meus professores que dividiram comigo os seus conhecimentos acadêmicos, experiências com a educação, me fazendo ver o mundo com um olhar inovador e passando-me um valor grandioso, que é o saber.

Aos meus companheiros do Grupo de Pesquisa DisSocie: Cledinara Bispo e Wellington Ribeiro. Pessoas que aprendi amar e respeitar gradativamente. Aos colegas: Ana Cláudia Prado, Antonio Maurício Andrade, com certeza, marcaram o meu percurso estudantil de maneira positiva, pois, foram bons momentos compartilhados.

Meus agradecimentos, em especial, ao meu querido professor e orientador, Adielson Ramos de Cristo, por acreditar em mim. Para este, não tenho palavras que expressem a minha gratidão, pois, ele foi paciente, tolerante, amigável, atencioso e incentivador, mesmo quando eu não tinha mais força para continuar, ele fazia-me acreditar que eu poderia alcançar a linha de chegada.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

Alicerçado pelo dispositivo teórico da Análise de Discurso, bem como na construção de um dispositivo analítico, esta pesquisa, propõe um estudo dos sentidos de surdo e surdez em um documentário brasileiro dirigido pela premiada jornalista Dorrit Harazim, a saber: Travessia do Silêncio. Inicialmente, propomos uma revisão de literatura em torno dos estudos sobre a relação língua, cultura e identidade nos estudos surdos. Em seguida, propomos um deslocamento para a relação língua, sujeito, discurso, o que é feito a partir de pressupostos teóricos da Análise de Discurso. Em continuidade, apresentamos nosso gesto de análise em torno do documentário “Travessia do Silêncio”. A pesquisa permitiu-nos observar que mesmo a narrativa sendo textualizada em documentário, o que sugeria a circulação de um discurso contra hegemônico sobre a surdez, o documentário ratifica, em muitos pontos, a ideia de que a surdez é uma deficiência e de que o surdo precisa ser oralizado para ser integrado à sociedade ouvinte. Essa pesquisa permitiu, ainda, construir, um levantamento de produções cinematográficas brasileiras que tematizam a surdez.

Palavras-chave: Discurso; Língua de Sinais; Cinema Brasileiro; Surdez.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. LÍNGUA, CULTURA, IDENTIDADE.....	12
1.1. QUESTÃO DE IDENTIDADE.....	12
1.2. O QUE É IDENTIDADE SURDA?.....	16
1.3. O SURDO TEM CULTURA?.....	20
2. MINORIA LINGUÍSTICA.....	25
2.1. SURDEZ: DOENÇA OU DIFERENÇA?.....	32
3. LÍNGUA, SUJEITO, DISCURSO.....	36
3.1. ANÁLISE DE DISCURSO, UMA DISCIPLINA DE ENTREMEDIOS.....	36
4. SENTIDO(S) PARA SURDO, SURDEZ E LIBRAS NO CINEMA BRASILEIRO: MOVIMENTOS DE RESITÊNCIA E MOVIMENTOS DE SILENCIAMENTO(S).....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
APÊNDICE: FILMES BRASILEIROS SOBRE O SURDO E A SURDEZ.	63

INTRODUÇÃO

A surdez é um tema muito discutido na atualidade, principalmente nos meios educacionais e acadêmicos. No entanto, tais discussões ainda não têm possibilitado uma reflexão da sociedade sobre a importância da identidade surda e da(s) cultura(s) surda(s), das quais a língua de sinais é elemento de constituição.

É visível como muitos ainda veem a Língua Brasileira de Sinais, doravante Libras, como mímica, bem como ainda chamam os surdos de “mudo”, “surdo-mudo”, entre outras palavras que marcam um lugar desprivilegiado para o surdo e que os depreciam.

Notamos que o cinema tem abordado a questão da violência contra uma variedade de minorias, porém um olhar preliminar sobre as produções cinematográficas brasileiras permite-nos afirmar que a surdez tem sido negligenciada e passada despercebida.

O Estado Brasileiro, através da Lei Federal de nº 10.436 de 24 de dezembro de 2002, regulamentada através do Decreto nº 5.626 em 22 de dezembro de 2005, em seu Artigo 1º e Parágrafo Único, compreende “como Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. A referida Lei afirma que a Libras tem sua gramática própria e que a mesma não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa - LP (Art. 4º. Parágrafo Único). Dessa forma, entende-se que mesmo sendo usuário da Libras, o surdo é obrigado a aprender a LP, língua de um grupo majoritário, pois em nenhum momento a Lei afirma que todos os indivíduos (surdos e ouvintes) precisam aprender a Libras.

Assim, compreendemos que o reconhecimento da Libras como língua oficial foi uma grande conquista para os indivíduos surdos. No entanto, ainda é preciso que a língua de sinais seja respeitada, ensinada e difundida por todo o país a fim de assegurar o direito dos surdos em se comunicar com os demais da sociedade.

É evidente que nem todos os surdos têm acesso à língua de sinais, nesse caso, eles se comunicam através de sinais criados no meio de seus familiares (sinais caseiros), o que tem como consequência a exclusão social desses sujeitos, sobretudo, com relação à maioria ouvinte que não domina sequer a língua de sinais. E o mais grave é que, em muitos casos, não há nenhum interesse em aprender a Libras e se comunicar com os surdos. Outro fator agravante e que merece a atenção dos governantes é o fato das redes televisivas na sua

maioria não oferecerem a acessibilidade para que as pessoas surdas possam assistir as programações diárias. Uma criança (ouvinte) pode assistir desenhos animados, filmes, programas infantis, entre outros. Os adultos (ouvintes), geralmente, assistem jogos de futebol, filmes, telejornais, novelas, programas de culinárias, etc.

São muitas questões que merecem a nossa reflexão, pois estamos vivendo em tempos cada vez mais tecnológicos, onde a mídia tem um papel fundamental (influência) para a sociedade, no entanto, o que mais vemos é uma relação de poder, uma opressão da parte de quem pode mais sobre quem pode menos. E o surdo é vítima da sociedade ouvinte. Os canais de televisão não têm adaptação para o surdo. O cinema: igualmente.

Foi a partir destas observações que nos surgiu o interesse em pesquisar filmes nacionais que tematizassem a surdez ou que tivesse em seu elenco a participação de atores surdos usuários da Língua de Sinais. A princípio procuramos, em nossa rede de amizade, pessoas que pudessem nos indicar algum filme brasileiro que tematizasse a questão da surdez, uma vez que não nos recordávamos de termos assistido algum (no cinema, na TV aberta ou mesmo na TV fechada). Procuramos essas produções ao mesmo tempo em que nos questionávamos pelo discurso sobre os direitos sociais e acessibilidade, que parecia não produzir seus efeitos com relação à produção cinematográfica.

Primeiramente, buscamos, na internet, filmes e curtas-metragens que abordassem o tema surdez ou que tivessem pessoas surdas; pesquisamos bibliografias de atores surdos e de autores ouvintes que tratam da(s) identidade(s) surda(s); e também documentários abordando as questões das minorias, bem como sobre o padrão de normalidade;

O segundo passo foi procurar pessoas surdas e intérpretes da Língua de Sinais para saber se conheciam filmes brasileiros ou que tematizassem a questão da surdez, também não obtive resultados satisfatórios. Cada vez que perguntávamos para alguém se tinha informações/indicações para esta pesquisa, notávamos uma cara de estranheza. A sensação era de quem estava buscando algo impossível ou que alguém antes nunca havia se preocupado em buscar. Foi então que resolvemos lançar a pergunta em um grupo de Letras/Libras no Facebook, a fim de alcançar um número ainda maior de pessoas. No entanto, com exceção de duas pessoas, ninguém mais demonstrou conhecer filmes nacionais em/sobre Libras nem com a participação de atores surdos.

Embasados nas duas indicações do Facebook verificamos os vídeos na internet, foi então que nos deparamos com filmes de cunho religioso (que estavam voltados para fins evangelísticos).

A procura pelo material fílmico esteve acompanhada pela seguinte questão, a qual retomamos durante nosso percurso de análise: Quais elementos ideológicos e discursivos determinam os significados da surdez e da língua de sinais nas produções cinematográfica brasileira? Assim, objetivávamos compreender o modo pelo qual a surdez e a língua de sinais são significadas em produções cinematográficas brasileiras. A partir de então, construímos um acervo/arquivo de produções fílmicas brasileiras em Libras ou que tematizassem a Libras, o surdo ou a surdez. Este arquivo ficará disponível, para pesquisas futuras e também para atualização, no “DisSocie – Laboratório de Estudos sobre o Discurso e a Sociedade”, do qual faço parte.

Dentre os filmes assistidos, escolhemos o documentário “*Travessia do Silêncio*” para constituir o *corpus* desta pesquisa. Este documentário foi lançado no ano de 2004, sendo gravado em Português e em Língua Brasileira de Sinais (Libras) através das narrativas de pessoas surdas e ouvintes. Tal filme documental foi dirigido pela jornalista Dorrit Harazim, objetivando mostrar os diversos olhares dos surdos e seus familiares em relação à surdez.

O referido documentário é recheado com depoimentos de pais ouvintes de filhos surdos e a escolha dos familiares ouvintes pelo implante coclear e pelas escolas regulares. Neste, também apresenta-se relatos de pessoas surdas que tiveram experiências com as comunidades surdas e as línguas de sinais; os apontamentos de uma filha ouvinte de pais surdos (CODA); pessoas surdas falando sobre a importância das culturas surdas, e entrevista com professores do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) sobre a ideia do que é “ser surdo”.

Com relação a organização deste trabalho, o mesmo encontra-se dividido em 5 (cinco) seções além desta “Introdução”, a saber: “Língua, Cultura, Identidade”, “Língua, Sujeito, Discurso”, “Sentido(s) para surdo, Surdez e Libras no Cinema Brasileiro: Movimentos de Resistência e Movimentos de Silenciamento(s)”, “Considerações Finais” e “Apêndices”.

Em “Língua, Cultura, Identidade” foram abordados questões relacionadas à minoria linguística; a surdez vista como doença e/ou diferença e a cultura(s) e identidade(s) surda(s).

Na seção seguinte, “Língua, Sujeito, Discurso” discutimos questões atinentes ao arcabouço teórico que embasa esta pesquisa, qual seja: a Análise de Discurso (AD). Para tal, utilizamos textos sobre o discurso e seu objeto de estudo de autoria de Eni P. Orlandi. Nessa seção, apresentamos também a AD como uma disciplina de entremeio.

“Sentido(s) para surdo, Surdez e Libras no Cinema Brasileiro: Movimentos de Resistência e Movimentos de silenciamento(s)” é a seção em o leitor encontrará uma noção introdutória da luta social e movimento surdo, bem como a descrição e análise do *corpus* da pesquisa seguida da discussão sobre os elementos ideológicos e discursivos que determinam os significados da surdez e da língua de sinais no material analisado.

Nas “Considerações finais”, traçamos nossas considerações acerca do trabalho.

Na última seção, “Apêndices”, apresentamos uma lista de produções filmicas brasileiras que tematizam a Libras e a surdez.

Finalmente, com essa pesquisa, pretendemos promover uma discussão sobre a importância da representação da(s) identidade(s) surda(s), levando em consideração o discurso sobre o direito conquistado por esses indivíduos, e que após anos de lutas essa igualdade social, porém, não é palpável. Diante do que foi constatado nas obras fílmicas brasileiras é válido provocar no leitor uma reflexão sobre o que está por trás do silenciamento, por parte da sociedade, diante da luta dos Surdos/Comunidade Surda. Esperamos ainda que este trabalho tenha provocado os leitores ouvintes no sentido de conhecer a cultura e comunidade surdas.

1. LÍNGUA, CULTURA, IDENTIDADE

Eu acho que esse grupo de surdos oralistas, eles não têm a sua identidade própria. E... ao passo que o surdo com a língua de sinais, ele tem a sua língua, ele tem a sua identidade, ele tem a sua própria cultura.

Nelson Pimenta¹

Não é novidade entre os estudiosos da linguagem o fato de a língua ser um fator de identidade de um povo e/ou de um grupo social. Aliás, a língua é um elemento de identificação justamente porque nela/dela/ por ela resvala a questão cultural, outro elemento de identificação de um povo. Essa é a constatação a que podemos chegar ao observar a fala de Nelson Pimenta (acima), surdo de nascença e militante do movimento social surdo, com relação à importância da língua de sinais para a comunidade surda. Essa citação do Nelson Pimenta põe em evidência o embate entre a oralização como elemento de identificação da comunidade ouvinte e a sinalização como elemento de identidade da comunidade surda: posições em confronto na luta política da comunidade surda. Mas, o que é mesmo identidade? Como isso vem sendo discutido no campo dos estudos surdos? Qual a relação entre identidade e línguas de minorias? Qual a relação entre discurso e identidade? São esses os aspectos que pretendemos abordar neste capítulo, a fim de compreendermos os modos pelos quais os sentidos sobre a surdez, o surdo e a língua de sinais são discursivizados.

1.1. QUESTÃO DE IDENTIDADE

O termo identidade tem origem no termo latino *identitas*, que significa *a mesma coisa*. Esse termo é uma alteração da expressão latina *idemidem*, que, por sua vez, era uma espécie de intensificador do termo *idem* (o mesmo)². A identidade, então, diz respeito àquilo que é idêntico entre um grupo, isto é, à qualidade do que é idêntico.

Na perspectiva dos estudos surdos, Stuart Hall é, certamente, um teórico de referência quando se trata da compreensão da identidade (surda). Esse autor, em “A identidade cultural na pós-modernidade” apresenta o conceito de *identidades culturais* como “aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas,

¹ In: Travessia do Silêncio (00:38:50 – 00:39:03).

² Cf. <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/identidade/>

religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2011, P.8), ao mesmo tempo afirma que o conceito de identidade ainda é complexo e pouco compreendido na ciência social.

Hall (2011) entende que as condições da sociedade moderna estão "fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais" (p. 9). Para Hall (2011), tais transformações estão alterando as identidades pessoais, influenciando a ideia de sujeito integrado que temos de nós próprios. "Esta perda de sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de duplo deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2011, p. 9).

Nesse sentido, Hall (2011) ressalta que o duplo deslocamento do indivíduo acarretará a "crise de identidade", gerando novas identidades e, por consequência, trazendo consigo a fragmentação do indivíduo e ocasionando um deslocamento do mesmo.

Segundo Hall (2011) há três concepções de identidade produzidas ao longo da história, a saber: (i) a do sujeito do Iluminismo; (ii) a do sujeito sociológico; e (iii) a do sujeito pós-moderno.

A concepção de sujeito do Iluminismo diz respeito à uma concepção de identidade pautada na razão, no controle racional das ações e da história. Segundo o autor, o sujeito do Iluminismo estava baseado

[...] numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo (HALL, 2011, p. 10-11).

Conforme o próprio estudioso afirma, essa concepção de sujeito e de identidade é individualista (cf. HALL, 2011, p. 11). Em contraposição a essa concepção de sujeito individualista, a concepção de sujeito sociológico está embasada numa posição interacionista. Assim, com o sujeito sociológico, tem-se um sujeito fruto da interação social:

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. (HALL, 2011, p. 11)

Nesses termos, pensar a identidade dos sujeitos surdos, significa pensá-la no emaranhado das relações sociais em que estes sujeitos estão ou não inseridos. “O sujeito ainda

tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem.” (HALL, 2011, p.11). Como se pode observar, do sujeito Iluminista para o sujeito sociológico há transição de uma concepção de identidade estabilizada para uma identidade construída na interação social:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2011, p. 12)

Como resultado desse processo, tem-se, segundo o autor, o sujeito pós-moderno, que é “conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente.” (HALL, 2011, p. 13). O sujeito pós-moderno tem sua identidade descentrada, deslocada. Segundo Hall, tal identidade é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados no sistema cultural que nos rodeiam.” (HALL, 2011, p. 13).

Hall (2011) nos indica que vivemos em um mundo moderno marcado por transformações e inovações. Desta forma, tendemos a assumir identidades variadas que vão se adequando ao nosso contexto de vida e, conseqüentemente, vão ao encontro de nossas necessidades, já que a identidade não é algo estático, mas sim móvel, líquido, formado e transformado através das nossas vivências e através das formas pelas quais somos interpelados pela sociedade.

À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2011, p.13)

Nesse sentido, diferentemente do sujeito do Iluminismo que era totalmente responsável e centrado em si, o sujeito da pós-modernidade é um sujeito inacabado que está sempre em transição afetado pelo inconsciente e pelo outro (história/memória e ideologia). Tal sujeito possui uma (s) identidade (s) flutuante (s).

Conforme Hall (2014) existe algumas discussões sobre o conceito de “identidade”, que é vista como algo integral, originária e unificada. Tais pensamentos têm sido alvo de severas

críticas por vários estudiosos, os quais defendem o fato de um descentramento indentitário, onde não se pode obter um conceito fixo sobre a identidade, pois a mesma está sempre em (re)construção. Hall (2014) afirma que na perspectiva da crítica desconstrutiva “a identidade é um desses conceitos que operam “sob-rasuras”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2014, p.104).

Dessa forma, Hall (2014) ressalta que as “identidades” não podem ser entendidas como algo que fixa e estabiliza a diferença, mas como aquilo que é construída a partir da diferença. Nas palavras do autor, “as “identidades” só podem ser lida a contrapelo” (p.111). Para Hall (2011), a identidade unificada, segura e coerente é uma fantasia, pois somos a todo tempo confrontados por multiplicidade de identidades, com as quais poderíamos nos identificar, mesmo que temporariamente.

De acordo com Hall (2014), provavelmente, as identidades se correspondem ao passado histórico, pois elas se utilizam de recursos da história, da linguagem e da cultura, na produção do indivíduo no qual nos tornamos.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2014, p.109).

Nesse sentido, os indivíduos constroem suas identidades por meio da interação social, por meio da diferença em relação com o outro. Nesse espaço de interação, segundo Hall (2014), podemos adquirir várias características de outros grupos aos quais estamos associados. Essas características em alguns determinados contextos podem se manifestar, ocasionando um novo posicionamento, ou seja, uma nova identidade. “As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. (HALL, 2014, p. 112).

Nessa perspectiva, as identidades não são unificadas, elas são manifestadas através da relação com o outro. Vejamos: um indivíduo pode se declarar homem, homossexual, pai, surdo, negro, brasileiro, funcionário público, gosta de futebol, não gosta de samba, etc.,. Todas essas características são pontos que marcam a diferença e constrói as identidades do

indivíduo. Hall (2014) chama o ponto de encontro de uma “identidade” de “ponto de *sutura*” (p.111). Para entendermos como funciona uma suturação dentro de uma determinada posição discursiva, no caso “sou mãe”, não basta que eu seja simplesmente convocada a ser mãe, “as identidades são posições que o sujeito é obrigado a assumir” (HALL, 2014, p. 112). Ou seja, para ser mãe, tenho que “encarnar” neste papel, investir nessa posição.

Conforme afirma Hall (2014), a identidade cultural particular com a qual se preocupa é a identidade nacional, bem como, o que está acontecendo à identidade cultural na modernidade tardia, e a forma como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização. Para Hall (2014), os indivíduos não nascem com as identidades nacionais, elas são (trans)formadas no interior das representações culturais.

Pensando a língua como um fator de identidade nacional, como se dá a identificação com a nacionalidade brasileira do surdo usuário da língua de sinais?

1.2. O QUE É IDENTIDADE SURDA?

Tomando por base os estudos culturais, a identidade é aquilo que nos torna iguais, no sentido agregador quando pensamos em um grupo. Por outro lado, a identidade é aquilo que nos torna diferente, tanto no sentido social quanto no individual. É nessa perspectiva que podemos abordar a identidade surda, pensando em um grupo de indivíduos com características iguais e que se identifica como tal.

Uma vez que a “identidade” é concebida como aquilo que somos, “eu sou ouvinte”, essa identidade esgota em mim mesma. No entanto, segundo as concepções de Hall (2014), a minha identidade depende da existência de outra identidade “você é surdo”, pois é a condição de identidade de um “indivíduo surdo” que vai fornecer condições para a minha “identidade ouvinte”. Pensando a identidade como múltipla, fragmentada e não algo que é fixo e estático, quais os elementos que definem as identidades surdas?

Segundo Santana (2007), alguns estudiosos defendem que é a partir da aquisição da língua de sinais (independente da idade) é que nasce a identidade surda. Isso se tratando do sujeito surdo. Para a autora, na conversação através da língua de sinais, os surdos afirmam a sua identidade. Pois é nessa interação que “surgem novas possibilidades de compreensão, de diálogo e de aprendizagem, que não são possíveis apenas por meio da linguagem oral” (SANTANA, 2007, p.41).

Nessa perspectiva, podemos fazer uma relação da concepção de Santana sobre a construção de identidade, com as de Hall (2014). Vejamos o que diz cada um dos estudiosos:

Identidade é uma construção permanentemente (re)feita que busca determinar especificidades que estabeleçam fronteiras identificatórias com o outro, bem como obter o reconhecimento de sua pertinência pelos demais membros do grupo social ao qual pertence. É, portanto, nessa relação com diferentes outros que o sujeito se constrói; é nas práticas discursivas que o sujeito emerge e é revelado (SANTANA, 2007, p.42).

As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo”, sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas– idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos. (HALL, 2014, p.112).

Podemos inferir que a “identidade” não é definida apenas pelo uso linguístico, mas existem outros fatores que determinam a construção identitária, e um deles é a relação com o outro, com o diferente, é através do discurso e da(s) posição assumida que o sujeito se estabelece como tal. Não pensando na identidade como fixo, mas num processo transitório.

Santana (2007) afirma que “não existe uma identidade exclusiva e única como a surda” (p. 42). A (re)construção da identidade acontece quando o sujeito assume diversos papéis sociais. Ele pode ser surdo, negro/branco, heterossexual/homossexual, pai, esposo, etc., e a forma linguística também constitui a subjetividade do sujeito. Vejamos que diante de tudo que foi discutido acima, podemos perceber que Santana e Hall têm concepções de identidades muito próximas.

Perlin (2013), também, discute a ideia da construção de identidade e defende a existência de outras culturas, com ênfase na cultura surda, que é o seu principal objetivo. A autora também concorda que a identidade é algo que está sempre em construção. Sua posição está baseada na concepção de identidade pós-moderna, fragmentada, defendida por Stuart Hall (2011) e pode ser compreendida quando percebemos, conforme a leitura que Perlin (2013) faz desse autor, que:

- as identidades são contraditórias, se cruzam, se deslocam continuamente;
- as contradições cruzam grupos políticos ou mesmo estão na cabeça de cada indivíduo;
- nenhuma identidade social pode alinhar todas as diferentes identidades como uma identidade mestra;
- a erosão da identidade mestra faz emergir novas identidades sociais pertencentes a uma base política definida pelos novos movimentos;
- a identidade muda de acordo como o sujeito é interpelado;
- a identidade cultural é formada por meio do pertencimento a uma cultura. (PERLIN, 2013, p. 53).

Dessa forma, Perlin (2013) fala da importância do encontro do surdo com outros surdos e afirma que isso é essencial para a construção da identidade surda. Segundo a autora, “as identidades surdas estão aí, não se diluem totalmente no encontro ou na vivência em meios socioculturais ouvintes” (PERLIN, 2013, p.54).

Na perspectiva da existência da pluralidade cultural e identitária prevista nos Estudos Culturais é preciso se afastar do conceito de corpo danificado, isto é, corpo que necessita de normalização, para aceitar o outro como aquele que tem características diferentes das minhas. É isso que a autora discute em seu trabalho, a surdez como a diferença, como uma cultura diferente da imposta pelos ouvintes. Surdo não é doente, deficiente, não precisa de cura nem de reparo, como muitos acreditam. De acordo com Perlin (2013), a identidade surda é reprimida e vista como subordinada dentro da cultura ouvinte. Nesse sentido, Perlin (2013) escreve um artigo para a revista da FENEIS, abordando uma lista com as diferentes identidades surdas, e fala das características de cada uma dela. Vamos entender o que caracteriza os diferentes tipos de identidade:

- Identidades Surdas (identidade política) – de acordo com a autora, “trata-se de uma identidade fortemente marcada pela política surda” (PERLIN, 2013, p.63). Tais surdos são ativos em movimentos políticos-culturais, se reconhecem como surdos e não utilizam nenhum tipo de aparelho fonador; usam sempre as mãos para se comunicar; são extremamente visuais e necessitam de intérpretes da língua de sinais. A escrita dos surdos de identidades políticas também segue a estrutura da língua de sinais.

- Identidades Surdas Híbridas – compostos por pessoas que nasceram ouvintes e com o tempo, devido a algum problema de saúde ou acidente tornou-se surdos. De acordo com Perlin (2013), esses sujeitos, a depender da idade em que ficou surdo, conhecem a estrutura da língua portuguesa (uns surdos conhecem um pouco mais que o outro). Mas nem todos tem esse mesmo conhecimento. No entanto, alguns utilizam a língua oral e de sinais para compreender as mensagens. Outros não utilizam a língua oral, apenas sinais. Eles se identificam como surdos e se portam como tal. Aceitam os recursos tecnológicos adaptados para surdos e outros meios de acessibilidades, entre eles, o intérprete. O surdo com identidades híbrida tem uma forma diferenciada para conviver entre outras e com os animais. Eles também participam das comunidades surdas e são ativos nas lutas sociais e políticas surdas.

- Identidades Surdas Flutuantes – Segundo Perlin (2013) os surdos com essa identidade, não participam de comunidades surdas, nem são inseridas em nenhuma cultura surdas. Esses sujeitos são oralizados e estão sempre em busca de meios para reparar a surdez; se orgulham por falar “bem”; eles não se aceitam/reconhecem como surdos e seguem a identidade ouvinte. No entanto, eles se sentem inferiores aos ouvintes, e por consequência, muitos entram em depressão e até se suicidam. Consequentemente, esses sujeitos se consideram deficientes auditivos.

- Identidades Surdas Embaçadas – Conforme Perlin (2002), tais identidades são encontradas diante das “representações estereotipadas da surdez ou desconhecimento” (PERLIN, 2002) da cultura surda. Esses surdos não tiveram contato com a língua de sinais e não conseguem compreender a língua oral. Eles vivem em meios a famílias ouvintes e não são capacitados para se desenvolverem sozinhos. São vistos como incapazes, deficientes e até retardados mentais. Vivem à margem da sociedade. Em geral, a falta de informação faz com que os familiares desses sujeitos sigam um discurso que deprecia a diferença.

- Identidades Surdas de Transição – segundo Perlin (2013) tais identidades são representadas por surdos que, por questões sociais, não tiveram contato com a língua de sinais ou que por algum motivo se afastaram da identidade surda. Em sua maioria, são filhos de pais ouvintes e vivem transitando entre uma identidade a outra. Segundo a autora, no momento em que esses surdos passam a ter contato com a comunidade surda, a situação muda e eles passam pela des-ouvintização, que é a rejeição da identidade ouvinte. Portanto, esses sujeitos ficam com sequelas evidenciando a sua transição linguística, ou seja, a “identidade em construção” (visual/oral – visual/sinalizada).

- Identidades Surdas de Diáspora – segundo Perlin (2002), são compostos por surdos que vivem passando/migrando de um país para outro, também, entre os estados brasileiros ou até mesmo entre comunidades/grupos diferentes. Estes, ficam com algumas variações de sinais que acabam levando para o outro espaço, e isso denuncia-o como surdo brasileiro ou americano, ou carioca, e assim por diante.

- Identidades Intermediárias – Perlin (2002) afirma que a identidade surda é determinada através da experiência visual, fato que diferencia a identidade surda da ouvinte. Portanto, existem as identidades intermediárias, que são identificadas como sendo surdas, porém, são pessoas que possuem características diferenciadas, pois “a sua captação de mensagens não é totalmente visual” (PERLIN, 2002), detalhe que determina a identidade surda. Tais pessoas “apresentam alguma porcentagem de surdez, mas leva uma vida de

ouvintes” (PERLIN, 2002); eles priorizam aparelhos de audição e amplificadores de sons; treinamento oral; não aceitam o intérprete de sinais, bem como a cultura surda. Diante de tudo, “eles têm dificuldades de encontrar sua identidade, visto que não é surdo nem ouvinte” (PERLIN, 2002).

É válido ressaltar que os diferentes tipos de identidades observados por Perlin, não consegue dá conta do conceito de identidade na concepção dos Estudos Culturais, pensando a identidade como fragmentada e em constante mutação. Pois, a autora criou grupos nomeados e foi “distribuindo” os sujeitos surdos dentro desses grupos de acordo com as características, mas pensando no indivíduo como fragmentado, é possível que os referidos grupos não consigam dá conta de todos os sujeitos (grifo nosso).

1.3. O SURDO TEM CULTURA?

De forma geral, Laraia (2001) afirma que no final do século XVIII, o termo *kultur* no germânico era utilizado para representar os aspectos espirituais de uma comunidade, e no francês, a palavra *civilization* representava “às realizações materiais de um povo” (LARAIA, 2001, p. 25). Conforme Laraia (2001), Edward Tylon (1832-1917) juntou as duas palavras em um só vocábulo inglês, o termo *culture*, para significar as diversas manifestações humanas, como crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem na sociedade.

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2001, s.n.)

Nesse sentido, para Laraia (2001), a cultura é um fenômeno natural que possui causas e regularidades. Tylor (1832-1917) por sua vez, procurou demonstrar que ela pode ser estudada sistematicamente, permitindo um estudo objetivo e uma análise capaz de proporcionar a formulação de leis sobre todo processo cultural e de evolução.

Conforme Strobel (2008), há quem considere a cultura a partir de uma perspectiva única, homogênea e indivisível e há quem a considere a partir de uma perspectiva heterogênea, nesse caso, fala-se de múltiplas culturas. A ideia de única cultura está relacionada à sociedade com ideologias hegemônicas, normatizadora, e com uma

padronização cultural, na qual todos devem se identificar com uma única cultura dentro de um determinado espaço. Nessa perspectiva, a autora afirma que:

na teoria moderna, a cultura se torna sabedoria grandiosa ou arma ideológica, uma forma isolada de crítica social. Esta teoria possui a ideia de uma cultura única e perfeita, a alteridade e a diferença são vistas como mancha para a sociedade, fazendo com que tenham a necessidade de transformação do “outro” (STROBEL, 2008, p,16).

Dessa forma, Strobel (2008) afirma que na pós-modernidade há um cruzamento de pluralidade com a auto-identidade³, em vez de dissolver em diferentes identidades. Segundo a autora, a humanidade “adquire conhecimento através da língua, crenças, hábitos, costumes, normas de comportamentos dentre outras manifestações” (STROBEL, 2008, p. 17). É assim que cada sujeito contribui para a (trans)formação da cultura através da convivência em seus grupos sociais. Já pensando nas múltiplas culturas há a manifestação de diversos grupos de naturezas diversas contribuindo para a ampliação do conceito de cultura.

Nesse sentido, Hall (2011) afirma que é a nossa cultura que determina a nossa forma de ver, de interpelar, de ser, de explicar e compreender o mundo. Dessa forma, no campo dos Estudos Culturais:

a cultura é uma ferramenta de transformação, de percepção a forma de ver diferente, não mais de homogeneidade, mas de vida social constitutiva de jeitos de ser, de fazer, de compreender e de explicar. Essa nova marca cultural transporta para uma sensação a cultura grupal, ou seja, como ela diferencia os grupos, no que faz emergir a “diferença” (STROBEL, 2008, p.18).

De forma geral, Strobel (2008) afirma que os elementos mais importantes da cultura são as habilidades que os sujeitos possuem para a formação da identidade através do uso da linguagem. Cuche, por sua vez, declara que “a cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem” (CUCHE, 2002, p. 10 apud STROBEL, 2008, p.18). Disso decorre que a cultura é uma construção coletiva e não isolada, que atravessa gerações, modificando-se e atualizando-se a partir da convivência dos/entre sujeitos.

Contudo, quando se trata da cultura surda, Strobel (2008) ressalta que há resistência e indagações por parte da comunidade ouvinte. Segundo a autora, ainda existem os questionamentos resultado do desconhecimento do mundo do surdo por parte das pessoas

³ O povo surdo se auto-identifica como “surdo” que forma um grupo com características linguísticas, cognitivas e culturais específicas, sendo considerado como diferença”. (STROBEL, 2007 p. 33)

ouvintes, as quais acham que os surdos vivem isolados e que precisam ouvir, falar e ser inserido na cultura ouvinte.

Para Strobel (2008), os ouvintes olham o surdo com curiosidade e até zombam dele por ser diferente. Segundo a autora, Wrigley (1996, p. 71 apud STROBEL, 2008, p. 22) afirma que a política ouvintista prevaleceu dentro de um modelo clínico, no qual a surdez é vista como um defeito que precisa de reparo e/ou uma doença que precisa ser curada:

Surdos são pessoas que ouvem com ouvidos defeituosos. Se pudéssemos consertar os ouvidos, eles estariam ouvindo. Esta lógica comum, na verdade é comum, mas não necessariamente lógica. Os negros são pessoas brancas que possuem pele escura. Se pudéssemos consertar a pele, eles seriam brancos. As mulheres são homens com genitália errada..., e por aí vai. Essas transposições cruas revelam um tecido social de práticas pelas quais nós sabemos quais identidades são tantos disponíveis quanto aceitáveis (WRIGLEY, 1996, p.71 apud STROBEL, 2008, p.22)

Pensando nisto, Strobel (2008) afirma que o nascimento de uma criança surda no meio ouvinte é uma tragédia, pois eles estão acostumados com o padrão dominante ouvinte. Porém, para os surdos isso (o nascimento de uma criança surda) é visto como uma dádiva preciosa e este fato pode ser evidenciado na convivência de várias famílias cujos membros são, todos eles, surdos. Strobel (2008) salienta ainda que existem discursos que classificam os sujeitos surdos como incapazes ou deficientes. Contudo, a cultura surda é definida como:

o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas. [...] Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2008, p. 24).

Diante disso, Strobel (2008) ressalta que a cultura surda é como algo que penetra na pele dos surdos que participam da comunidade surda. Dessa forma, eles compartilham as normas, os valores e tudo que têm em comum. No entanto, a autora propõe que se entenda como a cultura surda é transmitida para os demais surdos. Segundo ela, como consequência da decisão do Congresso em Milão⁴, as crianças surdas não podiam participar das comunidades surdas e foram deixadas por seus familiares em asilos em regime de internato. Os surdos eram treinados a se comunicar oralmente e ficavam naquele espaço até que estivessem aptos ao convívio familiar, que, segundo a autora, só acontecia no início da fase adulta.

⁴ Congresso Internacional de Educadores de Surdos ocorrido em Milão na Itália em 1880, no qual, em votação entre os ouvintes, ficou terminantemente proibido o uso da língua de sinais pelos surdos, o que favoreceu a metodologia oralista nas escolas de surdos.

Com base em Strobel (2008), o processo de transmissão cultural dos surdos acontece com muitos indivíduos já em idade mais avançada, pois eles tardam no contato com a comunidade surda. Muitas vezes isso acontece com surdos vindos de famílias ouvintes ou pela imposição ouvintistas.

Para a estudiosa,

a cultura surda exprime valores, crença que, muitas vezes, se originaram e foram transmitidas pelos sujeitos surdos de geração passada ou de seus líderes surdos bem sucedidos, através das associações de surdos. Infelizmente, elas não são procuradas pela família que procuram as escolas primeiro, porque elas oferecem aos surdos o modelo ouvinte próximo (STROBEL, 2008, p.26).

É bom ressaltar que há uma diversidade nas comunidades surdas, sendo que cada comunidade é organizada de forma diversificada, de acordo com os interesses do grupo, como a religião, a raça, a profissão, dentre outros (cf. STROBEL, 2008). Diante disto, mesmo a palavra cultura surda seja utilizada constantemente, não significa que todos os surdos compartilham de uma única cultura. Há diversidade(s) na cultura surda. Para Strobel (2008), se a língua surge de uma cultura, então esse, também, é um modo de organizar uma realidade de um grupo que compartilha a mesma língua. Sendo assim, “a cultura surda a língua de sinais seriam uma das referências do povo surdo⁵” (STROBEL, 2008, p.31).

Segundo Strobel (2008) a cultura surda é formada por artefatos culturais próprios e que talvez possam ilustrar a cultura surda, a saber: A experiência visual; Linguístico; Familiar; Literatura surda; Vida social e esportiva; Artes visuais; Políticas; e Materiais. Para a autora, a experiência visual é o primeiro deles: isto é, a forma particular com que os surdos percebem o mundo provoca reflexões em torno de suas subjetividades.

Os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos, tudo o que ocorrem ao redor dele: desde o latido de um cachorro – que é demonstrado por meio dos movimentos da sua boca e da expressão corpóreo-facial bruta – até de uma bomba estourando, que é óbvia aos olhos de um sujeito surdo pelas alterações ocorridas no ambiente, como os objetos que caem abruptamente e a fumaça que surge (STROBEL, 2008, p.39).

⁵ Conforme Strobel (2008), quando se refere ao “povo surdo” está fazendo referência a “todo sujeito surdo que não habita no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outro laço” (p 31). Diferentemente, a Comunidade surda não é composta apenas por indivíduos surdos, mas também, por pessoas ouvintes, como: familiares de surdos; amigos; professores; intérprete da língua de sinais; e, todos aqueles que “participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização” (STROBEL, 2008, p.31).

Para Perlin e Miranda (2003, p.218 apud STROBEL, 2008, p.39) a experiência visual é significada quando a audição substitui a visão, ou seja, tudo que acontece em torno do surdo, como o latido do cachorro até o estourar da bomba é percebido através da visão. É através dessa experiência visual que surge a cultura da língua de sinais. Segundo a autora, tanto a língua de sinais, como a necessidade de intérprete, e a tecnologia de leitura, fazem parte da Cultura Surda. Nesse sentido, Strobel (2008) afirma que muitas vezes a sociedade peca dificultando a participação dos sujeitos surdos em vários espaços, quando deixa de colocar recursos visuais para facilitar a acessibilidade para esses indivíduos.

O segundo artefato da cultura surda é a língua de sinais (cf. Strobel, 2008). Nesta podemos agregar os “sinais emergentes” ou “sinais caseiros”⁶ que são utilizados por surdos de zonas rurais ou pelos que vivem isolados da comunidade surda, pois eles procuram entender o mundo à sua volta apontando e criando sinais pois não conhecem palavras nem sons.

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição do conhecimento universal (STROBEL, 2008, p.44).

De modo geral, a língua de sinais é prioritária para a comunidade surda e tem uma estrutura própria, que difere da estrutura da Língua Portuguesa. Portanto, não podemos estudar a sua organização com base nessa língua oral. Deve-se levar em consideração que as expressões faciais são partes fundamentais na comunicação em língua de sinais. Assim como a língua portuguesa, a língua de sinais sofre alterações na sua estrutura ao longo do tempo.

Dentre os artefatos citados por Strobel (2008), o artefato material é muito interessante e diz respeito aos materiais adaptados para atender as necessidades dos surdos. Quantas vezes nos questionamos: Como os surdos sabem quando chega uma visita em sua casa, já que eles não ouvem a campainha? Como sabem que o bebê está chorando no meio da noite? Como eles percebem o despertador? Essas e outras dúvidas têm inquietado alguns ouvintes. Segundo Strobel (2008), o artefato cultural material surdo é adaptado para atender às necessidades dos surdos. Veja: existem várias matérias que auxiliam os surdos, dentre eles, o porteiro eletrônico com câmera e tela para visualizar a pessoa que chega; a campainha é

⁶São formas de comunicação gestual desenvolvidas pela criança surda no âmbito familiar, e tem como objetivo a interação entre os amigos e familiares.

luminosa e pisca quando é acionada; existe também a babá eletrônica com lâmpada que é acionada quando o bebê emite barulho; relógio de pulso que vibram quando programado para despertar em um determinado horário; e assim por diante.

2. MINORIA LINGUÍSTICA

O que a Libras representa na sociedade de modo geral? Podemos caracterizar a Libras como minoria linguística? Mesmo diante de algumas conquistas adquiridas com muita luta, dentre elas a oficialização da Libras, ainda falta muito para o surdo possa ser realmente incluído na sociedade de forma autônoma.

Por muito tempo, o surdo teve seus direitos negados (visto que ainda hoje acontece), desrespeitados e excluídos pela sociedade ouvinte. E tudo isso, baseado principalmente na falta da oralidade desses sujeitos, o que trouxe grandes consequências para os surdos. A forma de comunicação dos surdos não era levada em consideração. Para compreender melhor, vamos fazer um pequeno percurso no passado e entender um pouco da história das pessoas surdas.

Antigamente os surdos eram considerados seres castigados pelos deuses, e visto como animais incapazes de aprender, e/ou tomar decisões. Guarinello (2007) afirma que na concepção de Aristóteles (384-322 a.C), as pessoas surdas eram mudas e incapazes de adquirir qualquer conhecimento, pois, segundo ele, o canal auditivo era o principal responsável por atingir a consciência humana e gerar o aprendizado. Nesse caso, o surdo não era contemplado com tais conhecimentos por não ouvir. Não o bastante, os romanos, também, tinham o seu juízo de valor sobre esses indivíduos, e por isso, os surdos de nascença ou que perderam a audição antes da aquisição da fala (eram chamados de surdos-mudos) não poderia adquirir direitos legais, eles não poderia fazer testamento nem receber herança. Mas, segundo o código Justiniano, “se essa pessoa nascesse ouvinte e, por algum motivo de doença ou acidente, perdesse a voz ou a audição, e já tivesse recebido uma educação, tinha a permissão de realizar tudo que era proibido ao surdo-mudo de nascença”. Vieira (2000, apud GUARINELLO, 2007, p. 20).

Conforme Guarinello (2007), a primeira pessoa a se interessar pelo estudo do ouvido, nariz e cérebro foi um médico italiano por nome Girolano Cardano, século XVI, pois o seu maior interesse era ajudar o seu filho que nasceu surdo. Esse médico chegou a elaborar um

tipo de código para ensinar os surdos a se comunicar, mas nunca colocou a sua ideia em prática.

Após algum tempo, ainda no mesmo século, o monge Pedro Ponce de León, ficou conhecido como o primeiro professor de surdos da história. Segundo Guarinello (2007), o monge foi chamado para educar crianças surdas, em geral, filhos de famílias nobres. “Seus alunos eram ensinados a falar, escrever, ler, fazer contas, orar e confessar-se pelas palavras, a fim de ser reconhecidos como pessoas nos termos da lei e herdar os títulos e as propriedades da família, já que os mudos não tinham esse direito” (GUARINELLO, 2007, p.21). Conforme a autora, o monge utilizava do alfabeto manual⁷ no qual cada letra corresponde a uma configuração de mão.

Guarinello (2007) ressalta que 1644, o inglês John Bulwer publicou um livro chamado *Chirolgia* e que falava da língua de sinais, e mais tarde publicaria outro, intitulado *Philocopus* que tratava da língua de sinais como uma língua capaz de expressar os mesmos conceitos que a língua oral/auditiva. No entanto, Bulwer entedia que o surdo deveria aprender a ler e escrever para depois falar, procedimento que facilitaria o aprendizado da leitura labial.

Observamos que todas as estratégias em torno da aprendizagem dos surdos, mesmo utilizando a língua de sinais, eram mais uma tentativa de oralização desses indivíduos, ou seja, de fazê-los falar. Outros interessados na educação dos surdos foram surgindo e dando a sua “contribuição”, até que por volta de 1750, o francês abade Charles Michel de L’Epée se interessou pelo aprendizado de duas irmãs surdas. Segundo Guarinello (2007), a preocupação do abade era atender os surdos que viviam perambulando pelas ruas de Paris. Conforme a autora, o abade

aprendeu com os surdos a língua de sinais e criou os Sinais Metódicos, uma combinação de língua de sinais – que ele considerava incompleta – com a gramática da língua oral francesa e com o alfabeto digital. Ele foi o primeiro a considerar que os surdos tinham uma língua. Devido ao grande sucesso de seu método, pela primeira vez na história, os surdos foram capazes de ler e escrever, adquirindo, assim, uma instrução (GUARINELLO, 2007, p.24).

A partir de então, o abade fundou a primeira escola pública para surdos no mundo, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris. De acordo com Guarinello (2007), L’Epée, devido ao seu sucesso, difundia o seu método de ensino, inclusive em praça pública, para que todos pudessem ver o seu êxito. Durante às apresentações, os alunos do abade “deveriam

⁷ O alfabeto manual ou datilologia é feito a partir da configuração de mão e representa as letras do alfabeto da língua oral. Segundo Felipe (1998 apud GUARINELLO, 2007, p. 21) o alfabeto manual é utilizado para expressar nomes de pessoas, de localidades, e demais palavras que não possuem um sinal.

responder, em francês, latim e em italiano, a duzentas perguntas sobre religião e fazer os sinais de duzentos verbos” (GUARINELLO, 2007, p.24)

Guarinello (2007) afirma que o alemão Heinicke, contemporâneo de L’Epée, tinha outra metodologia de ensino, e também fundou uma escola pública para surdos, só que era baseado em método oral, e recorria aos sinais gestuais em alguns momentos para lhe auxiliar na oralidade. Conforme Guarinello (2007), L’Epée e Heinicke trocaram algumas correspondências defendendo suas ideias. Foi a partir daí que iniciou a polêmica entre a língua de sinais e a tendência oralista.

De acordo com Guarinello (2007), durante o século XVIII a língua de sinais se expandiu e houve um aumento significativo de escolas para surdos. Nelas, também, atuavam professores surdos.

Se esse fato pode ser entendido como uma grande conquista, o mesmo não se pode dizer da concepção oralista, pois com ela começaria a história de submissão coletiva dos surdos à língua majoritária dos ouvintes, bem como a desaprovação sistemática da língua de sinais nas escolas. [...] Em 1821, o médico francês Jean Marc Gaspard Itard, considerado um dos pais da otorrinolaringologia moderna, publicou o trabalho *Traité des maladies de l’audition* afirmando que o surdo somente poderia ser educado pela fala e pela restauração da audição, tal como acreditava Heinicke. (GUARINELLO, 2007, p.25).

Foi a partir daí que os surdos começaram a sofrer torturas. Itard usava de métodos desumanos na tentativa de “consertar” o ouvido do surdo. Segundo Guarinello (2007), Itard aplicava “eletricidade no ouvido de alguns alunos do Instituto de Surdos de Paris, colocava sanguessugas no pescoço dos surdos, esperando que o sangramento ajudasse de alguma forma, a fazer cortes na tuba auditiva de outras crianças” (GUARINELLO, 2001, p.25). Foi após várias tentativas fracassadas que Itard concluiu que a medicina nada poderia fazer, pois o ouvido do surdo estava morto.

Por outro período de tempo, outros estudiosos resolveram investir na educação de surdos utilizando a língua de sinais e os métodos desenvolvidos por L’Epée, e fundaram novas escolas. De acordo com Guarinello (2007), um surdo por nome Laurent Clerc, educado no Instituto de Surdos de Paris, juntamente com Gallaudet, implantaram a primeira escola pública para surdos nos Estados Unidos – “Connecticut Asylum for the Education and Instruction of Deaf and Dumb Persons”. Segundo a autora, os professores dessa escola aprendiam primeiro a Língua de Sinais Francesa e gradativamente iam modificando e dando origem a Língua de Sinais Americana.

Para Guarinello (2007), na época de Clerc “já afirmava que os surdos faziam parte de uma comunidade linguística minoritária e que o bilinguismo deveria ser um objetivo para eles” (GUARINELLO, 2007, p.27).

O tempo passa até que a língua de sinais foi mais uma vez desacreditada. Em 1869, após a morte de Clerc, o oralismo começa a ganhar força novamente. O escocês Alexander Graham Bell, que tinha a mãe e esposa surdas, foi uma grande influência para o oralismo, pois ele foi inventor do telefone. Para Bell, a língua de sinais isolava os surdos em pequenos grupos e com isso, eles poderiam adquirir poder. Esse era o seu temor. Com a sua grande criação, Graham Bell teve grandes apoios para a sua ideia, que era acabar com a língua de sinais e fazer o surdo falar.

Conforme Guarinello (2007), a discussão acerca do oralismo ia cada vez mais ganhando forças. Em 1880, no Congresso Internacional de Milão, Bell aproveitou o seu prestígio em defesa do oralismo e ajudou na votação sobre qual o método deveria ser utilizado na educação dos surdos. Nessa votação, os surdos ficaram privados de votar, apenas os ouvintes puderam decidir formação linguística dos sujeitos surdos, o que resultou na volta do oralismo.

Guarinello (2007) afirma que no final da década de 1970, principalmente nos Estados Unidos, iniciou “um movimento de reivindicação pela língua e cultura das minorias linguísticas, sendo os surdos considerados membros de uma comunidade minoritária que usa um idioma próprio, ou seja, a língua de sinais” (GUARINELLO, 2007, p. 32). Diante disso, os surdos começam a reivindicar o direito de utilizar a língua de sinais como primeira língua ou língua materna e a língua oral como a segunda língua. Segundo Skliar, “a adoção do bilinguismo é compatível com a concepção socioantropológica de sujeito surdo e de surdez”. Skliar (1997a apud GUARINELLO, 2007, p. 32).

Segundo Guarinello (2007) a concepção socioantropológica “sustenta que os surdos formam uma comunidade linguística minoritária, que utiliza e compartilha uma língua de sinais, valores, hábitos culturais e modos de socialização próprios” (GUARINELLO, 2007, p. 32).

Diante dessa questão de “minoría”, é válido refletir: Quem/o que pode ser considerado minoría? Como essa questão é tratada na sociedade? Por que o surdo é considerado minoría? É o surdo minoría ou a língua de sinais? A seguir vamos entender como a noção de minoría é entendida por outros teóricos.

De acordo com Muniz Sodré, “[...] a noção contemporânea de minoría [...] refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder setores

sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social” (SODRÉ, 2005, p.11). Seguindo esse conceito, continua o autor, compreendem minorias “[...] os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas, etc.” (SODRÉ, 2005, p12).

Como se pode observar, a minoria não é uma questão de (pouca) quantidade, mas, sobretudo, de representação social. Assim, um grupo, ainda que numericamente grande como as mulheres ou os negros no Brasil, ao ser excluído das decisões políticas, não tendo, portanto, acesso às mesmas oportunidades que grupo numericamente menor, como os homens e os “brancos”, constitui uma minoria.

Sodré (2005) afirma ainda que a minoria não diz respeito a uma determinada quantidade de sujeitos homogêneos, mas a um fluxo de mudança que atravessa um grupo. Nas palavras do autor, a minoria é vista como o “[...] lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder.” (SODRÉ, 2005, p. 12). Ele completa:

Minoria não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica. Um partido político, um sindicato não se entendem como minorias, ainda que sejam de oposição ao regime dominante, porque ocupam um lugar na ordem jurídico-social instituída (SODRÉ, 2005, p.12-13).

Assim, um grupo que não domina o poder é considerado minoria, pois não participa da igualdade de condição de um determinado grupo idealizado. A referida igualdade de condição diz respeito ao indivíduo ter acesso às mesmas oportunidades. Pensando em uma relação de poder, é comum na sociedade, pessoas de realidades diferentes “representando” o outro, com perspectiva diferente do almejado pelo grupo “representado”, defendendo uma teoria baseado apenas em conhecimentos teóricos, sendo que a realidade do sujeito participante de um grupo minoritário é nada mais justo do que ser representada por alguém que possa falar a partir daquele espaço em que está inserido. Pois, são os próprios indivíduos (representados) que sabem de suas necessidades, de suas dificuldades e seus anseios.

Ilustrarei o que foi dito com o episódio que aconteceu durante a 6ª Audiência para instituir o Projeto de Lei da Câmara 103/2012⁸, que aprova o Plano Nacional de Educação, da qual, a professora Patrícia Rezende, que é surda, calou a Secretária e Coordenadora da Rede

⁸ Cf. *In.*: Feneis: Patrícia Rezende na Audiência Pública no Senado Federal
<<https://www.youtube.com/watch?v=ds4MsrLKM1w&t=461s>>

Municipal de Ensino de Florianópolis, Rosângela Machado, ouvinte, quando defendia a oralização e a inclusão do aluno surdo em classe regular baseando-se na sua suposta experiência educacional. Na concepção da secretária, a sua posição ouvintista corresponde aos interesses da Comunidade Surda. Já para a professora surda, com o tal discurso, a secretária faltou com respeito aos 9.000.000 de pessoas surdas às quais ela representa. Diante disto, podemos observar como acontece a depreciação da cultura, dos valores, da identidade de um grupo considerado minoritário.

Entre os diversos grupos minoritários existentes no Brasil, gostaria de enfatizar a questão da minoria linguística e para tal é válido expor as concepções de Lagares (2011), que, retomando as ideias de Lluís Vicent Aracil (1983), sociolinguista valenciano, afirma que “a condição minoritária das línguas [...] não está relacionada simplesmente com aspectos numéricos ou quantitativos, mas fundamentalmente à qualitativos” (LAGARES, 2011, p. 170). Já aí, observa-se uma correlação entre os conceitos de minoria e minoria linguística. Conforme o autor, “essa condição [a de minoria linguística] tem a ver com a possibilidade ou impossibilidade de uma variedade linguística exercer determinadas funções sociais numa comunidade humana e num momento histórico concreto. (LAGARES, 2011, p. 170). Novamente retomando Aracil, Lagares (2011) afirma a “interposição” ou “mediatização” como características da condição minoritária: “o fato de que todas as relações comunicativas entre a comunidade minorizada e o resto da humanidade passem necessariamente através da língua hegemônica, astro de uma constelação que tem as línguas sob seu domínio como satélites.” (LAGARES, 2011, p.170), sendo que uma das manifestações dessa interposição é o “bilinguismo unilateral dos falantes minorizados.” (LAGARES, 2011, p.170).

Destaquemos, aqui, essa relação minorizada entre a comunidade surda e os falantes ouvintes das línguas orais no Brasil, especialmente a Língua Portuguesa. No caso da Libras, a interposição, característica dessa relação, fica já evidente na Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre essa língua. De acordo com o que está disposto no Parágrafo único do Art. 4º dessa lei, a Libras não substitui a modalidade escrita da Língua Portuguesa.

Lagares (2011) afirma que, segundo Aracil, as regularidades existentes nas situações minoritárias são institucionais e foram instauradas historicamente, e acabam sendo naturalizadas e apresentadas como intemporais, tornando-se aparentemente irrecuperável para a memória.

As funções sociais que as línguas devem cumprir são muitas e estão muito diversificadas nas sociedades pós-industriais, e por esse motivo a intervenção política sobre elas surge, no momento histórico atual mais do que qualquer outra época anterior, como uma necessidade fundamental (LAGARES, 2011, p.171)

Com relação a essas intervenções, Lagares (2011) afirma que Haugen distingue dois tipos de intervenção política sobre as línguas: o “planejamento do *status*” e o “planejamento do *corpus*”. O primeiro tipo “[...] diz respeito à intervenção sobre o reconhecimento e a função social da língua [...]” (LAGARES, 2011, p. 171). Já o segundo tipo “[...] compreende tanto o processo de codificação, que se realiza após a escolha da variedade que vai servir de base para o padrão, quanto o de modernização da língua, como o desenvolvimento funcional de diversos estilos ou a elaboração de terminologias.” (LAGARES, 2011, p. 171).

Contudo, conforme esse autor, nas situações minoritárias, quem se beneficia de todas as intervenções políticas é a língua hegemônica, pois, em virtude a sua hegemonia, aparece para os falantes como uma língua acabada, completa, funcional e útil (cf. LAGARES, 2011). Por outro lado, a língua minoritária, “por não ter sido submetida a essas intervenções, é representada através de suas faltas, das suas carências, a ponto de ser imaginada muito frequentemente como uma não língua (ou uma quase língua), recebendo por isso as mais diversas denominações alternativas: *dialeto, patoá, linguajar, fala.*” (LAGARES, 2011, p. 171, grifos do autor).

“O falante minoritário é visto como uma espécie de bom selvagem linguístico, um falante felizmente desregrado, não submetido às imposições normativas das sociedades modernas” (LAGARES, 2011, p.172). Conforme o autor, as tentativas de construção de uma língua nesse contexto são percebidas como aberração tirando o falante minoritário do seu estado natural pré-normativo.

Para Lagares (2011) existe um conflito linguístico que referencia o jogo de forças e interesse que se dá socialmente em torno da língua. Esse conflito constitui, segundo o autor, um espaço para a atuação política (cf. LAGARES, 2011, p.174). Segundo ele:

A ideia de conflito remete a uma visão mais dinâmica e pode contemplar todo tipo de situações em que se produza um enfretamento entre grupos ou forças sociais. E os conflitos linguísticos [...] quer entre o que são consideradas variedades de uma mesma língua, quer entre línguas reconhecidamente diferentes [...], trazem para a cena de forma inevitável a questão da norma linguística (LAGARES, 2011, p.174).

2.1. SURDEZ: DOENÇA OU DIFERENÇA?

Santana (2007) ao suscitar uma discussão acerca do que a surdez representa para os estudiosos da área, afirma que o pesquisador não consegue ser imparcial diante das questões relacionadas à sua pesquisa, o que o faz propor algo de acordo com a própria concepção de surdez. Da posição de analista de discurso, diríamos que a concepção de surdez, isto é, os sentidos do termo “surdez” não são próprios do pesquisador nem mesmo são próprios ao termo. Tais sentidos estão relacionados às posições que os sujeitos ocupam no discurso. Mais precisamente, os sentidos do termo surdez são dados pela formação discursiva à qual o sujeito de discurso se vincula ao dizer o que diz.

Santana (2007) discorre de duas concepções defendidas pelos pesquisadores: (i) “uma baseada nas ciências biológicas, que geralmente veem o surdo como deficiente e, portanto, buscam a ‘normalidade’ e a fala [...]” (SANTANA, 2007, p. 21). Por essa concepção, buscase a “normalidade” a partir de tratamentos com o fonoaudiólogo, aparelho coclear, entre outros, tendo como principal objetivo, fazer ouvir para falar; “[...] outra sustentada pelas ciências humanas, que comumente enxergam o surdo como diferente e defendem a língua de sinais como sendo a língua do surdo e a ideia de uma cultura surda, direcionando o debate para uma questão de ordem ideológica.” (SANTANA, 2007, p. 22). Isso implica na organização dos gestos como língua, “língua diferente” assim como as pessoas.

Para a autora, a cultura surda tem causas e desdobramentos. Os surdos possuem diferentes posições diante da surdez, sendo que nenhuma delas é aleatória. Há “pressões sociais que os surdos enfrentam na sociedade ouvinte: deficiente/diferente; cultura surda/cultura ouvinte; normalidade/anormalidade; linguagem oral/linguagem de sinais” (SANTANA, 2007, p.22).

No que concerne à discussão sobre o (a)normal, a autora retoma a posição de Canguilhem, para quem

o anormal não é o ser humano destituído de norma, e sim aquele que possui características diferentes e não faz parte da média considerada normal, que segue as normas estabelecidas socialmente. Características individuais distintas do esperado não são bem-vistas (CANGUILHEM, 1995 apud SANTANA, 2007, p.23).

De acordo com Santana (2007), diante do que é considerado normal pela sociedade, o sujeito com característica individual compromete a norma gerando a superioridade de um indivíduo sobre o outro. Isso faz com que o diferente busque a “normalidade” para ser aceito

socialmente. Segundo a estudiosa, o *pathos* que acompanha a linguagem é que define o que é ou não normal, sendo tudo isso herança de uma tradição do falar e escrever bem. Quem não se enquadra nesse padrão é excluído. Isso é consequência de uma comparação da linguagem do surdo com a do ouvinte.

Ela aponta ainda algumas dificuldades encontradas pelos pais de crianças surdas, os quais não sabem como agir quando descobrem que seus filhos são surdos, porém têm que escolher, inicialmente, a modalidade da língua que seu filho usará e isso não é uma garantia que a escolha futuramente do surdo será a mesma.

Baseada nas ideias de Roots, Santana (2007) afirma que a integração da família à forma de comunicação do filho surdo irá mantê-lo na estrutura familiar ou, caso contrário, irá inseri-lo numa cultura não familiar.

Para ela, a seleção da modalidade da língua para ser usada pelo surdo é, também, uma escolha política, pelos seguintes motivos:

A maioria das famílias ouvintes e dos profissionais da área da audiologia tende a identificar a surdez como privação, como um desafio para a interação da criança no mundo dos ouvintes. A integração social da criança é, assim, medida pela adesão ao oralismo e pelo afastamento de sua cultura surda e da língua de sinais (instrumentos estranhos à estrutura social dominante); a escolha é um domínio de poder dentro da política familiar. Selecionar uma “língua visual” significa que a família também deverá aprender a se propor a construir o processo de aquisição de linguagem por meio desse modo de recepção e de expressão. Há ainda dúvida se a família ouvinte projetará suas referências linguísticas sobre a criança. Outro problema é a aceitação da língua, que é diferente entre os parentes. Assim como a opção da fala pode ser recusada pela criança surda. Em todo caso, o filho é forçado a ajustar-se à estrutura familiar (ROOTS, 1999, apud SANTANA, 2007, p.26-27).

Diante disso, Santana (2007) afirma que há muitas dificuldades interativas entre os familiares e a criança surda, pois quando os pais optam pelo bilinguismo, eles deixam para a escola a responsabilidade de ensinar a língua de sinais para o filho, não se dispondo a aprender também. Dessa forma, a língua de sinais fica restrita ao surdo como se ela fosse algo individual e não social. Também, há famílias que usam a língua de sinais ao mesmo tempo que a fala, sendo que em muitos casos a língua de sinais é utilizada apenas enquanto a criança aprende a oralizar. Isso quando não se opta pelo implante coclear.

De acordo com Roots (1999, apud Santana, 2007, p.27) o implante coclear é uma esperança que se tem em solucionar o problema da surdez (nesse caso a surdez vista como uma doença, um problema a ser resolvido, um defeito a ser consertado). No entanto, alguns integrantes da comunidade surda têm se manifestado contra tal procedimento, pois o mesmo serve apenas para estimular poucos nervos por impulsos elétricos e não amplifica os sons;

“possibilita ouvir apenas os ruídos ambientais” (SANTANA, 2007, p.27). Tal implante é, segundo a autora, visto pelos surdos como uma tentativa fracassada de ouvir.

Em seu texto, Santana (2007) expõe o relato de uma mãe que não aceitou a surdez. Ela não gostava da língua de sinais e alegava que era uma língua difícil de aprender, ou seja, ela não queria se esforçar para ajudar o filho na aquisição da sua língua, pois achava que o pai e os avós da criança não iriam conseguir se adaptar à língua de sinais. O medo de a criança não ser aceita pela sociedade ouvinte também impulsionou aquela mãe na tomada de decisão a favor do implante. Na concepção daquela mulher, o filho tinha a obrigação de se ajustar a língua do ouvinte, abrindo mão da sua língua e de sua cultura.

Segundo Santana (2007), a partir do momento que a mãe decide pelo implante coclear no filho, “ela tem a ilusão de que pode decidir a condição linguística da criança, como se a língua fosse algo individual e possível de escolha: usar sinais ou falar” (p.30-31). Dessa forma, o implante coclear é visto não como uma possibilidade de ouvir, mas como uma imposição de audição e fala. De acordo com a autora, os pais não se dão conta de que a língua de sinais é, também, uma língua com propriedades cognitivas, linguísticas e interativas.

O documentário que analisamos é uma mostra da afirmação de Santana, pois nele percebemos que os pais de crianças surdas ou que ficaram surdas em decorrência de alguma doença vão à procura de cura clínica, do implante coclear e da oralização. Nesses casos, os pais acreditam que o filho será mais feliz por ter a oralidade, deixando de lado a opção pela língua de sinais. Uma decisão sem a participação do surdo e sem o conhecimento da Libras ou mesmo da comunidade surda.

Segundo Santana (2007), ainda hoje o preconceito em torno da surdez gera grande desconforto na sociedade para a qual, de modo geral, o surdo é visto como inferior ao ouvinte por ser privado da audição e da fala. Dessa forma, a língua oral é vista como superior a língua de sinais. Sendo a linguagem o grande pivô da exclusão profissional e social do surdo.

Os seres humanos, conforme Santana (2007), têm se dividido entre os ouvintes, que são considerados superior – e os surdos, vistos como “subumanos, desprovidos de traços que assemelham aos seres humanos” (SANTANA, 2007, p.31).

A separação entre grupos humanos se estabelece socialmente, bem como sua integração, uma vez que toda forma de preconceito, de discriminação e de comportamento humano está subordinada à cultura que os constrói, propaga, veicula e sedimenta (SANTANA, 2007, p.32)

De modo geral, para Santana (2007), são as normas sociais que ditam as regras de comportamentos. E tal fato permite/causa a segregação do indivíduo. Segundo a autora, “a forma como a surdez é descrita está ideologicamente relacionada com essas normas” (SANTANA, 2007, p.32). Nesse sentido, para que a surdez seja vista como diferença e não como doença faz-se necessária estabelecer novas normas, que segundo Santana, não é uma coisa fácil, nem que aconteça de uma hora para outra, pois são frutos de uma visão estereotipadas construídas ao longo da história.

Conforme Santana (2007), alguns autores já propõe que haja uma mudança em relação a visão que se tem da surdez, que passe da condição patológica à “condição de fenômeno social, ou político-social” (p.32). A autora salienta que essa “mudança de estatuto vem acompanhada de nova nomenclatura, não só terminológica, mas conceitual: de deficiente auditivo para surdo ou, ainda, Surdo” (SANTANA, 2007, p.32). Segundo a autora, os surdos não são mais considerados deficientes, mas integrantes de uma comunidade própria que partilha uma língua.

Dessa forma, se a concepção de anormalidade está associada à ausência de língua e de tudo que ela representa, a partir do momento que se tem a língua de sinais como língua do surdo, o padrão de normalidade também muda, pois a língua de sinais dá legitimidade ao surdo como sujeito de linguagem e, é capaz de transformar o que é chamado de anormal em diferença.

3. LÍNGUA, SUJEITO, DISCURSO

“Não há sujeito, nem sentido, que não seja dividido, não há formas de estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer”

(ORLANDI, 2016, p.55).

3.1. ANÁLISE DE DISCURSO, UMA DISCIPLINA DE ENTREMEIOS

No campus dos Estudos Culturais a identidade está relacionada ao lugar social que a pessoa ocupa. Já o sujeito pensado no campus da Análise do Discurso (AD) é constituído no/pelo discurso. Os sentidos das palavras é (trans)formados conforme as posições sustentadas pelo sujeito. Para a AD o indivíduo pode ocupar um espaço, mas através do seu discurso ocupar outro. Nesse sentido, o sujeito é pensado como resultado de um processo de interpelação e identificação.

Orlandi (2012) afirma que tanto a gramática quanto a língua podem ser vistas e estudadas por diversos teóricos a partir de diferentes pontos de vista. Tais estudos, também, poderão ser feitos a partir de diferentes épocas e tendências. A autora afirma que, para alguns estudiosos, a língua é vista como um sistema de signos, e, ou como sistema de regras formais, que dizem respeito ao campo da Linguística. E para outros, a língua pode ser estudada a partir da Gramática Normativa pensando nas normas do bem dizer. É a partir das diversidades de estudos que alguns pesquisadores começam a pensar a língua de forma diferenciada e particular, dando origem a Análise do Discurso.

Nas palavras de Orlandi (1997), “a Análise de Discurso [...] se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre a sua teoria e sua prática de análise” (ORLANDI, 1997, p.8). Nessa perspectiva, a AD é compreendida não como um campo exclusivo da Linguística, mas um “entremeio” que operam em três áreas de conhecimento: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, deixando de lado os sentidos estritos e se ajustando a um novo objeto, o discurso.

A Análise de Discurso (AD) é compreendida como a área da ciência que estuda a língua em movimento para a produção de sentido, ou seja, o discurso. Segundo Orlandi (2012), o discurso tem a “ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI, 2012, p. 15). Dessa forma, é através da prática da linguagem que compreendemos a língua enquanto símbolo que faz e dá sentido a história humana. Para a estudiosa, a AD levará em consideração os processos e as condições de produção da linguagem, analisando a “relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2012, p.16).

É justamente nos entrelaçamento de pensamentos, estudos e pesquisa sobre a língua, que a AD como uma disciplina de “entremeio” opera entre as diferentes áreas do saber. Conforme Orlandi, a AD não atua em intervalo, mas nos “espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias” (ORLANDI, 2002, p.21). Nesse sentido, tais relações não são formadas por relações harmoniosas e consensuais, mas,

“pelo processo de inclusão e de exclusão, hierarquização e legitimação, apagamentos, ou seja, relações de sentidos mas também relações de força, na medida em que a forma sujeito histórica, que é a nossa, inclui, ou melhor, funciona pelo conhecimento, e por sua relação com o poder (declinado pelo jurídico)” (ORLANDI, 2002, p.21).

Segundo Orlandi (2012), o analista articula os conhecimentos do campo das Ciências Sociais e do domínio da Linguística, embasando-se na reflexão sobre a história da epistemologia e da filosofia do conhecimento empírico, objetivando a prática das Ciências Sociais e dos estudos da linguagem. No entanto, a autora afirma que a AD critica a prática das Ciências Sociais e a da Linguística, a partir da reflexão “sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2012, p.16). A materialidade da ideologia, segundo a autora, é o discurso e a materialidade do discurso é a língua. “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (PÊCHEUX, 1975 apud ORLANDI, 2012, p.17).

Diante desta afirmação, Orlandi (2012) ressalta que é a partir do discurso que se pode observar a relação entre a língua e a ideologia, pois é através da língua que o indivíduo é interpelado em sujeito. De acordo com a autora, a AD se interessa com o funcionamento da língua para a produção de sentidos, permitindo a análise das unidades que estão além da frase e com o sentido do texto. Ela ainda afirma que enquanto a análise do conteúdo procura extrair

um sentido dos textos, a AD procura compreender como o texto significa, pois considera que a linguagem não é transparente. De acordo com as ideias da autora, é a partir do próprio texto que a AD produz o conhecimento, pois o observa como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa e com uma espessura semântica, que o concebe em sua discursividade.

Orlandi (2012) enfatiza a concepção estruturalista de Halliday, que apesar de possuir um olhar próximo a AD considerando o texto como unidade semântica e que é realizado através de sentenças, não trabalha com a forma material nem com a ideologia como constitutiva do texto. Dessa forma, Orlandi (2012) afirma que a AD herdou conhecimento de três áreas, a saber: a Psicanálise, a Linguística e o Marxismo. No entanto, a AD não é reduzida ao objeto da linguística, não se deixa absorver pelo Marxismo, nem corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Deste modo, a AD

[...] interroga a Linguística pela a historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2012, p.20).

Com relação à noção de discurso, Orlandi (2012) afirma que “[...] em sua definição, distancia-se do modo como o esquema elementar da comunicação dispõe seus elementos, definindo o que é mensagem” (ORLANDI, 2012, p.20).

Segundo Orlandi (2012), a noção de discurso é diferente da de comunicação que visa apenas a transmissão de mensagens onde o emissor fala e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. O discurso não trata disso apenas, mas “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação” (ORLANDI, 2012, p.21)

Nesse sentido, a língua deve fazer sentido enquanto trabalho simbólico, que significa a partir do trabalho social, constitutivo do homem e da sua história. E a linguagem deve ser entendida como uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social.

Para Orlandi (2012), em uma mensagem não há uma separação entre emissor e receptor, pois eles realizam de forma simultânea o processo de significação e não de modo consecutivo em que um fala e depois o outro decodifica. Assim a AD se apropria do discurso e não da mensagem, pois ali, como já foi dito, não está apenas uma transmissão de informação, mas através do funcionamento da linguagem, sendo que sujeito e sentidos são

afetados pela língua e pela história. Orlandi chama este processo de “processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção de realidade (ORLANDI, 2012, p.21)”.

Na teoria da AD,

Não se deve confundir discurso com “fala” na continuidade da dicotomia (língua/fala) proposta por F. de Saussure. O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma sua ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc. o discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto (ORLANDI, 2012, p.22).

Nessa perspectiva, ao constituir o discurso como seu objeto, a AD relaciona a linguagem à sua exterioridade. A AD não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com homens comunicando-se oralmente e por escrito, falando produzindo sentidos, enquanto sujeitos e enquanto membros da sociedade.

Conforme Orlandi (2012), a AD visa a compreensão de como os gestos de interpretação intervêm no real dos sentidos, enquanto atos simbólicos com sua materialidade. Para a autora,

a Análise do Discurso visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. [...] Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2012, p.26).

Orlandi (2012) propõe que se saiba a distinção entre a inteligibilidade, interpretação e a compreensão. A inteligibilidade dá sentido à língua. A interpretação é o sentido, pensando-se o co-texto e o contexto imediato. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentido. A compreensão procura explicitar os processos de significação presentes no texto, compreendendo como os sentidos se constituem.

Para Orlandi (2012) o discurso está relacionado ao efeito de sentidos entre os interlocutores. No entanto, ele só adquire sentido no interior de um universo de outros

discursos. Pode-se dizer também que ele é contextualizado, pois, não se pode atribuir um sentido a um enunciado fora de um contexto. Portanto, as condições de produção são importantes, pois compreendem os sujeitos, a situação e ainda incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. Desse modo, o discurso está além das palavras, e para entendê-las é necessário levar em consideração as condições de produções e a memória discursiva/interdiscurso. “Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (ORLANDI, 2012, p.31)”.

A autora contrapõe a noção de interdiscurso à de intradiscurso:

O que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas (COURTINE, 1984 apud ORLANDI, 2012, p.32-33).

Dessa forma, Orlandi (2012) afirma que o que vai determinar a formulação é a relação que se estabelece com o interdiscurso. Assim, toda a enunciação encontra-se entre os dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2012, p.33).

De modo geral, Pêcheux (1975, apud ORLANDI, 2012, p, 35) afirma que há duas formas de esquecimentos diretamente ligados ao discurso, sendo que o primeiro está relacionado ao esquecimento ideológico, e o segundo à ordem da enunciação, da paráfrase. Para Orlandi (2012), tais esquecimentos possuem um papel fundamental na concretização dos sentidos. O esquecimento enunciativo

[...] produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim (ORLANDI, 2012, p, 35).

Já o esquecimento, que é da instância do inconsciente,

[...] reflete o sonho acadêmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade (ORLANDI, 2012, p.35).

Orlandi (2012) afirma que para o funcionamento da linguagem se dá pela tensão entre os processos perifrásticos e polissêmicos, sendo que os processos parafrásticos “são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2012, p.37). Já com os processos polissêmicos “[...] o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2012, p.37). Dessa forma, paráfrase e polissemia são duas forças que trabalham o enunciado envolvendo o mesmo e o diferente, o já-dito e o a se dizer que fazem a circulação de sentido.

Outro ponto explorado por Orlandi (2012) é o das formações imaginárias. Segundo a autora, as condições de produções dos discursos funcionam a partir de certos fatores, a saber: relação de força – lugar e posição dos sujeitos, relações hierarquizadas; relação de sentido – “os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como pra dizeres futuros” (ORLANDI, 2012, p.39); e mecanismo de antecipação – todo sujeito pode participar da antecipação do efeito de sentido causado pelo discurso em um determinado interlocutor.

Orlandi (2012) trata de mais um fator relevante no discurso, que é a Formação Discursiva.

Consequentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (ORLANDI, 2012, p. 42-43).

De acordo com Orlandi (2012), uma formação discursiva “se define como aquilo que numa formação ideológica dada” (ORLANDI, 2012, p.43). Isto implica em dizer que os sentidos sempre são definidos ideologicamente, pois a ideologia recorta o interdiscurso, alojados na memória.

Assim, de modo geral, podemos compreender os diferentes sentidos em um funcionamento discursivo através da referência à formação discursiva (cf. ORLANDI, 2012).

Dessa forma, as palavras podem gerar significados diferentes dependendo do seu interlocutor, pois acarreta conhecimento ideológico.

A noção de ideologia, de acordo com a autora, é deslocada, para uma definição discursiva. Conforme Orlandi (2012), o fato de considerar que na linguagem só há sentido se houver interpretação já atesta a presença da ideologia. Segundo a autora, o trabalho da ideologia é “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2012, p. 46). Para ela, a ideologia é a condição para constituir o sujeito e o sentido: “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.” (ORLANDI, 2012, p.46).

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados (ORLANDI, 2012, p.47).

Assim, conforme Orlandi (2012), para que a língua faça sentido é necessário a intervenção da história, tanto pelo equívoco como pela opacidade e pela espessura material do significante, pois a interpretação está diretamente ligada às questões ideológicas, que também estão ligadas à memória e ao esquecimento.

4. SENTIDO(S) PARA SURDO, SURDEZ E LIBRAS NO CINEMA BRASILEIRO: MOVIMENTOS DE RESITÊNCIA E MOVIMENTOS DE SILENCIAMENTO(S)

O ano de 2002 é marcado na Comunidade Surda pela publicação da Lei 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Embora a referida Lei tenha sido publicada em 24 de abril de 2002, o Projeto de Lei foi apresentado ao Senado Federal, pela senadora Benedita da Silva, do PT-RJ, em 13 de junho de 1996. Como se vê, a aprovação da Lei não aconteceu da noite para o dia, isto, é o processo que resultou na aprovação da Lei de Libras durou pelo menos 6 anos. Além disso, a luta do movimento social surdo pelo reconhecimento da Libras e da cultura surda é muito anterior, como bem demonstra Brito (2013).

Esse autor (cf. BRITO, 2013), retomando Souza, afirma que a Libras foi sendo gradativamente oficializada nos estados brasileiros através de leis estaduais, como no caso de Minas Gerais (01/1991), Maranhão (06/1993) e Goiás (08/1993), e também em algumas capitais estaduais através de leis municipais, como ocorreu em Campo Grande (11/1993) e, com um pouco mais de dificuldade, no Rio de Janeiro (04/1996). Como se vê, muito antes da aprovação da Lei de Libras, já havia sido instaurado no país um contexto político de discussão de questões em torno da Libras e da comunidade surda. É o que, por exemplo, aponta a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, para quem uma das justificativas dessa luta reside no fato de que “(...) a aquisição da Libras é importante na construção de identidades surdas e esta se dá prioritariamente no contato com outros surdos e sua língua. (...) Língua e Cultura são indissociáveis.” (FENEIS, 2001, p.17 apud BRITO, ano, p.201).

Nesse sentido, com a oficialização da Língua Brasileira de Sinais em alguns estados brasileiros, os surdos ganham forças para estrategicamente levar o seu movimento até o Congresso Nacional e mais tarde conseguem a “grande vitória”: o reconhecimento nacional da Libras como língua da comunidade surda. Conforme Brito (2013), a luta dos surdos não foi fácil: entre outras mobilizações, a FENEIS desenvolveu uma campanha para a coleta de assinaturas e conseguiu o apoio de outras entidades ligadas à área da surdez. Com isso, o movimento surdo conseguiu mais de 10 mil assinaturas em prol à oficialização da Libras.

Assim, na regulamentação da Lei de Libras – o que foi feito através do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – ecoa a luta do movimento social surdo. Portanto, a lei

materializa posições específicas do movimento, o que significa dizer que nela se materializam discursos em torno do movimento social surdo.

Retomamos brevemente essas questões, a fim de dar visibilidade às condições de produção em torno das quais surge o documentário “Travessia do Silêncio”, de Dorrit Harazim. A película, através de relatos que expõem o medo, a angústia, o sentimento de culpa e o desespero, por exemplo, aborda a relação dos surdos com o mundo ouvinte e também a relação entre pais ouvintes e seus filhos surdos.

O filme integra ainda o conjunto de documentário da série “Travessias”, a saber: “Travessia da Dor”, “Travessia do Ar”, “Travessia da Vida”, “Travessia do Asfalto”, “Travessia do Escuro” e “Travessia do Tempo”, cujos personagens, de acordo com a cineasta, “são todos sobreviventes”: da violência, da dor, do abandono social do país” (HARAZIM apud ARANTES, 2002, online). De acordo com Harazim, “a seu modo, cada um procura atravessar seu maior adversário: o tempo, a mortalidade infantil, a escuridão do não-saber.” (FOLHA DE S. PAULO, 26 DE AGOSTO DE 2002). Nesses termos, percebe-se que o silêncio constitui-se como um adversário a ser vencido. Sobre essa questão, gostaríamos de estabelecer nosso primeiro gesto analítico, o qual gira em torno do nome do documentário: “Travessia do silêncio”. Mas, antes de nos aprofundarmos em nossa análise faz-se necessário apresentar o conteúdo do filme documental para situar os nossos leitores quanto às pessoas e/ou famílias entrevistadas.

No referido documentário a cineasta entrevistou cerca de 10(dez) famílias/pessoas que convivem com surdos e, também, alguns surdos. O filme apresenta diversos tipos de surdos: surdos de nascença, surdos por sequelas após doença, surdo por erro médico, surdos implantados, surdos que utilizam aparelhos, surdos que utilizam apenas a língua de sinais, surdos que foram “educados” apenas para oralizar, surdos bilíngue, etc.

O filme inicia com cenas de uma criança surda, que é tratado por Guilherme fazendo exercícios de oralização com uma fonoaudióloga. Em seguida Harazim entrevista as seguintes pessoas:

- Marcelo e Evllyn - pais de Nuno (3 anos) e Helena (01 ano), crianças surdas de nascença;
- Tany Mary – ouvinte, filha de pais e avós surdos de nascença;
- Valdo (21 anos) e Auleo (25 anos) – irmãos surdos de nascença, alunos do INES;
- Esmeraldina, mãe de Samantha (16 anos), que é surda de nascença;
- Sônia, mãe de Pedro, que ficou surdo aos 20 meses de idade por erro médico;

- Nelson Pimenta, surdo de nascença, utiliza a língua de sinais para se comunicar, e não é oralizado, é ator, formado em teatro pela National School for the Deaf, de Nova York;
- Renata (16 anos) - ficou surda aos seis anos de idade quando contraiu caxumba;
- Marcilene – mãe de Renata;
- Mauro, surdo de nascença, estudou no INES, não foi oralizado, trabalha no comércio, e aparentemente leva uma vida normal;
- Alexandre (23 anos) - ficou surdo aos 11 meses de vida, seqüela de uma meningite;
- Helena – mãe de Alexandre;
- Stephan, surdo de nascença e sua mãe Salimar.

O documentário é finalizado com a mesma cena da sessão de fonoaudiologia, só que com mais duas crianças.

Agora que já fizemos as apresentações das pessoas entrevistadas, podemos continuar a nossa análise do documentário em questão. Nesse sentido, propomos aqui questionar a obviedade da evidência dos sentidos, efeito do trabalho ideológico. Como isso, queremos pôr em funcionamento a afirmação de que os sentidos não estão nas palavras, mas derivam das formações discursivas nas quais essas palavras são inscritas (cf. ORLANDI, 2012).

Uma consulta às gramáticas da Língua Portuguesa permite-nos afirmar que o termo “travessia” pode ser classificado como substantivo abstrato. As mesmas gramáticas afirmam que o termo ou a locução que segue um substantivo abstrato pode ser classificado(a) ou como adjunto adnominal ou como complemento nominal, a depender a “a(gen)tividade” ou não do termo ou expressão, isto é, se o termo ou expressão indica o agente ou o paciente da ação expressa pelo substantivo abstrato. Trazemos aqui esse saber gramatical não para impor uma análise sintática tradicional, mas para pôr em evidência a alternância de sentidos que se materializa em torno do enunciado “travessia do silêncio”: o silêncio é “alvo” ou “agente” da ação de atravessar? Ou ainda mais, o silêncio poderia ser compreendido como “ponto de chegada” da ação de atravessar? Em outros termos: “alguém ou algo atravessa o silêncio”, “o silêncio é o resultado de um percurso”, “o silêncio é a própria travessia” ou ainda “o silêncio produz (é autor de) uma travessia (um percurso)”?. Com base nesses questionamentos, propomos a seguinte rede parafrástica para o enunciado em questão:

Travessia do silêncio 1
(silêncio como alvo da ação de atravessar)

Travessia do silêncio feita por alguém

Percurso que alguém faz para transpor o silêncio (obstáculo)

Travessia do silêncio 2
(silêncio como agente da ação de atravessar)

Travessia que o silêncio faz

Percurso do silêncio

Percurso feito pelo silêncio

Percurso que o silêncio produz

Travessia do silêncio 3
(silêncio como ponto de chegada da ação de atravessar)

Travessia que se faz para chegar ao silêncio

Travessia que se faz para estar em silêncio

Travessia que se faz para significar o silêncio

Essa rede parafrástica permite-nos compreender os sentidos do silêncio a partir de duas matrizes de sentidos diferentes, isto é, a partir de duas formações discursivas diferentes. De um lado, uma formação discursiva que inscreve os sentidos de silêncio como algo que falta, como ausência; de outra, uma segunda formação discursiva a partir da qual o silêncio é compreendido como presença (de sentidos e de sujeito). O primeiro grupo de paráfrases se inscreve na “FD 1: silêncio como falta”, enquanto o grupo 2 e o grupo 3 estão, ambos, inscritos na “FD 2: silêncio como presença.”

Referimos os sentidos de silêncio sustentado pela FD 2, ao estudo sobre o silêncio desenvolvido por Eni Orlandi (2007), em “As formas do silêncio”. A autora ao afirmar que “o silêncio foi relegado a uma posição secundária como excrecência, como o ‘resto’ da linguagem” (ORLANDI, 2007, p. 12) defende que, sob a perspectiva do discurso, o silêncio deixa de ser estudado nesse sentido passivo e negativo (cf. ORLANDI, 2007, p.12). Ela discorre, assim, sobre dois pontos em que o silêncio está presente, não como ausência, mas

como significância: o primeiro diz respeito ao fato de que há silêncio nas palavras; o segundo concerne ao fato de que “há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’.” (ORLANDI, 2007, p. 12).

Em outros termos, poderíamos dizer que, no primeiro, “o silêncio fundante”. Para Orlandi, o “silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é “fundante”. (ORLANDI, 2007, p. 14). Segundo ela “[...] quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio “fala” por elas; elas silenciam.” (ORLANDI, 2007, p. 14). Já no segundo, o silêncio é compreendido como política do silêncio e pode ser subdividido em duas perspectivas (i) “o silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras)” (ORLANDI, 2007, p. 24) e (ii) “o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura).” (ORLANDI, 2007, p. 24).

A questão que passamos a colocar são duas: (i) que sentidos de silêncio são sustentados no documentário “Travessia do Silêncio”? (ii) como o silêncio é significado na surdez?

De acordo com Santana (2007) há duas concepções diferentes defendidas pelos pesquisadores: (i) “uma baseada nas ciências biológicas, que geralmente veem o surdo como deficiente e, portanto, buscam a ‘normalidade’ e a fala [...]” (SANTANA, 2007, p. 21), nessa concepção, busca-se a “normalidade” a partir de tratamentos com o fonoaudiólogo, aparelho coclear, entre outros, tendo como principal objetivo, fazer ouvir para falar; (ii) “[...] outra sustentada pelas ciências humanas, que comumente enxergam o surdo como diferente e defendem a língua de sinais como sendo a língua do surdo e a ideia de uma cultura surda, direcionando o debate para uma questão de ordem ideológica.” (SANTANA, 2007, p. 22). Isso implica na organização dos gestos como língua, “língua diferente” assim como as pessoas.

Depois de problematizarmos os sentidos em torno do enunciado-título “Travessia do silêncio”, gostaríamos de pôr foco no modo como esse enunciado aparece no documentário. Por essa razão, passamos a analisar a cena de abertura do filme.







O filme inicia com cenas de uma criança surda fazendo exercícios de oralização com uma fonoaudióloga, que a princípio não é mostrada no vídeo. Durante o processo, a criança apresenta sinais de cansaço e desinteresse pelo procedimento em que está sendo submetida. O primeiro enquadramento de câmera da cena é feito na captura de uma tomada cujo fio vai se dando a conhecer pelo movimento da câmera, em primeiro plano, até os fones de ouvido utilizados por Guilherme. Trata-se de um aparelho de amplificação sonora. Durante percurso que a câmera faz da tomada ao fone de ouvido, ouvimos duas vozes, a da fonoaudióloga e a da criança surda, que tenta produzir os sons solicitados pela especialista. Em seguida, vemos uma sequência de “closes no rosto da criança” intercalados com “big closes que enquadram sua boca”, captura-se assim o árduo esforço da criança na tentativa de reproduzir sons que

lhes parecem indistintos. Ainda durante a sessão, a criança se mostra desinteressada pela atividade de repetição de palavras, boceja, balança os pés em sinal de enfado, mostra-se exausto – resiste – e emite barulho diferente do que lhe é ordenado, nesse momento, a profissional tampa os olhos do garoto com as mãos no intuito de fazê-lo repetir o que ouve e não o que vê. Por um momento, o garoto faz o sinal de queijo, o que ratifica a resistência à oralização.

Essa cena da consulta fonoaudiológica vai se esvanecendo e a tela é tomada por uma escuridão total. De repente, surgem duas mãos que, lentamente se afastam. Nesse movimento, passam a dar visibilidade ao título “Travessia do Silêncio”, escrito em português e com letras brancas, que contrastam com o preto da tela anterior.

Gostaríamos de enfatizar aqui o fato de a cena inicial do filme ser produzida a partir de uma seção de fonoaudiologia. Esse gesto inaugural, para nós, marca o percurso de sentido que mais fortemente se vê materializado na película: o da oralização. A esse respeito, destacamos ainda o jogo de câmara que foca bem o seu rosto e os movimentos da boca da criança, mostrando que a sujeito surdo é capaz de falar, de “atravessar o silêncio” em direção a um mundo de sons. Assim, já no início do filme, ilustra-se que sentidos são dados ao enunciado-título (travessia do silêncio): o silêncio, no caso a surdez, pode ser vencido, atravessado, transposto, com a utilização de métodos oralistas.

Tampar os olhos do surdo demonstra a tentativa de tirar desse sujeito aquilo que para ele é mais importante: a visualidade que possibilita a fala, entendida aqui não no sentido de produção de sons, mas no sentido de uso de uma língua. Nessa cena, a fonoaudióloga tira a capacidade que o surdo tem de aprendizado num processo de comunicação pela visualidade quando coloca suas mãos sobre os olhos da criança, gesto que apaga, silencia o funcionamento da língua de sinais. Strobel (2008) afirma que a experiência visual é o primeiro artefato da cultura surda, pois é através dos olhos que o surdo percebe o mundo de maneira diferente. As mãos da fonoaudióloga representam o objeto utilizado no rompimento do silêncio, pois o surdo não tem como utilizar a língua de sinais, artefato que dá credibilidade a sua cultura e que lhe permite a construção de uma identidade, passando, então, a utilizar o artefato da comunicação do outro, do ouvinte.

Dessa forma, a sequência de cenas que inicia o filme materializa, assim, um discurso que marca o domínio da língua majoritária, uma língua oral – o português – sobre a Língua Brasileira de Sinais, a língua utilizada por surdos no Brasil. Esses sentidos são ainda mais reforçados pela composição visual do título do filme: as mãos que ali surgem são as mãos que

falam a língua de sinais. Ela não permanece na cena. Pelo contrário, ela sai de cena e dá visibilidade para o funcionamento de uma língua outra: a língua portuguesa. Trata-se de um confronto entre língua oral e língua gesto-visual (língua de sinais), confronto que marca a marginalização do surdo frente ao ouvinte.

Para compreender a marginalização do surdo vale lembrar que, no transcurso da história, os surdos eram vistos como seres desalmados e castigados pelos deuses. Essa percepção estava baseada na falta de oralidade, que significava a falta de uma língua. Daí, tem-se um deslocamento para falta de “razão”. Por isso, muitas vezes os surdos eram considerados como loucos.

Depois de muita luta e resistência, os surdos conseguiram conquistar o direito de “escolher” ou não a língua de sinais como meio de comunicação. No caso do Brasil, no entanto, por mais que a Libras seja uma língua oficialmente “aceita” pela sociedade, ainda é possível perceber que sobre ela paira um aspecto de uma língua “incomum”, que, muitas vezes, confere-lhe o aspecto de língua estrangeira dentro de sua própria nação (cf. SANTOS, 2016). A língua do surdo ainda chama a atenção dos ouvintes, no sentido de uma “comunicação esquisita” em relação à comunicação oral. Mas, considerando que a Libras é uma língua e possui uma estrutura gramatical própria (que, portanto, ultrapassa as ideias daqueles que acreditam ser apenas gestos ou mímicas), por que há ainda essa relação de estranhamento com a língua do surdo?

Orlandi explica que, “o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2012, p.20). Por mais que a Libras seja a língua natural do surdo, os ouvintes e também alguns surdos que não se aceitam como surdos, mas se consideram deficientes – visto que a questão da surdez pode ser vista a partir da diferença ou do ponto de vista clínico da deficiência que precisa de um tratamento – têm um olhar pejorativo sobre a “língua do outro”: resistem aí os sentidos constituídos na/pela história: o de que uma língua é caracterizada pela sua produção oral.

No decorrer do filme, a partir da “fala” dos entrevistados, somos remetidos a uma reflexão a respeito do que é “ser surdo”. Em geral, a visão que os ouvintes têm do surdo é de

“um ser deficiente”. Nesta reflexão surgem muitas indagações, dentre elas: Por que ter um filho surdo é considerado um “peso”⁹? Existe de fato a aceitação da diferença?

Durante os relatos do filme podemos perceber que todos os pais ouvintes quando descobriram a surdez de seus filhos tiveram uma reação de desconforto ou desespero, pois eles afirmam que não sabiam como lidar com a situação. Nesse sentido, todos procuraram a ajuda do profissional de saúde, a fim de solucionar o “grande problema” que não estavam dispostos a enfrentar sozinhos. Em todos os casos a surdez foi vista como um problema de saúde que precisava ser “curado”.

Algo mais nos chama a atenção. Trata-se do relato dos pais de Nuno e Helena (Marcelo e Evllyn), duas crianças surdas de nascença. Marcelo:

(...) no começo não foi bem aceito essa hipótese (a surdez) porque não havia nenhum caso na família, não havia motivo pra isso (...) (tempo - 0:02:36min). (...) *“eu tive um pouco de receio da minha esposa, de repente achar que eu não fui uma boa escolha pra ela, pra ter os filhos dela (...)* (tempo - 0:04:05) *“(...) a gente percebeu que eu sem ela e ela...fica muito difícil, já é muito difícil o ‘peso’, e se a gente não dividir o ‘peso’ um pouquinho no ombro... às vezes ela tá muito mau, às vezes eu fico. É impossível hoje eu não me emocionar. Eu me emociono não é por achar que meu filho é incapaz, é por saber que é um ‘caminho complicado’ e saber que no começo foi muito difícil ‘achar a solução’ que tenho hoje. Eu parei de ouvir músicas nas primeiras instâncias, desliguei o som lá de casa, não se ouvia mais música lá em casa, não queria que se ouvissem mais músicas. No meu carro também eu desligava, não queria. Eu queria começar a me adaptar até descobrir a hipótese dele ser ‘oralizado’¹⁰ e ‘receber um implante’ e poder ter a oportunidade de ouvir. Eu entendia que meu filho iria pra ‘linguagem de sinais’. Eu achava que eu que teria que me adaptar ao mundo dele, aí eu comecei a tentar sair do mundo do som”* (tempo- 0:04:28). (...) *“Quando soube que a Helena era surda também, o filme voltou rápido na minha cabeça, eu sofri muito ali. Até as minhas crenças que eu tinha (...) me afastei até da minha religião (...)* (tempo - 0:06:08).

Marcelo relata sua experiência de ser pai de duas crianças surdas de nascença, com uma aparência abatida e um clima fúnebre em seu olhar, como se o fato de ter filhos surdos fosse uma afronta para sua masculinidade, fosse um ferimento na sua “boa reputação de reprodutor”, “ele não foi uma boa escolha para a esposa ter os filhos”, afinal nasceram crianças “defeituosas”. Outro fato interessante é quando Marcelo chama a surdez de “caminho complicado” e afirma que achou a solução para o “problema” – o implante coclear¹¹ e a oralização. Para ele, ter filhos surdos é um “peso”. Será que se ele fosse um surdo ficaria tão

⁹ Termo utilizado pelo pai de Nuno e Helena, dois irmãos surdos de nascença e, também fica subentendido na fala de outras mães entrevistadas.

¹⁰ Pessoa surda que aprende a fazer a leitura labial e falar foneticamente.

¹¹ Dispositivo eletrônico, parcialmente implantado, que visa proporcionar aos seus usuários sensação auditiva próxima ao fisiológico.

decepcionado em ter um filho surdo? Marcelo afirma que tirou o som da sua vida, desligou todos os aparelhos de casa e do carro. Ele se automutilou por se sentir impotente diante a situação e, desistiu de suas crenças como forma de protesto ao Deus em que acreditava. O tempo todo se culpa por ter filhos surdos. Quando ele declara “às vezes ela tá muito mau, às vezes eu fico”, mostra que ainda não foi superado o trauma que a surdez dos filhos causou na vida do casal.

Evlylyn apresenta um discurso aparentemente compreensivo, e afirma que com o nascimento da segunda filha surda ela se isenta da culpa que sentiu com a surdez do primeiro filho, e se pergunta: “Será que eu teria feito tudo dessa forma? Eu tenho a chance agora sabendo o que sei fazer as melhores escolhas” (tempo - 00:09:15). Segundo Evlylyn, faltou ela conhecer um pouco mais da linguagem de sinais. No entendimento do telespectador a Helena teve um tratamento diferenciado. Pensamos: Agora Evlylyn optou pela Língua de Sinais para a educação da Helena. No entanto, depois percebemos que Helena também foi implantada. O discurso da superioridade da língua oral prevalece na vida do casal quando diante de tudo que passou com o Nuno, continua fazendo “a melhor escola”: a oralização e o implante coclear. Eles seguiram o caminho da normatização do indivíduo. O que está em jogo aí é a memória discursiva, o interdiscurso. Existe em sua memória que ser surdo é ser inferior ao ouvinte, e seus filhos precisam falar, precisam ouvir para serem aceitos na sociedade. Por trás da decisão de todos os pais que optaram pelo oralismo existe uma concepção pejorativa e inferiorizada do indivíduo surdo.

Durante as entrevistas, as pessoas ouvintes que optaram pela oralização utilizam o termo “Linguagem de Sinais”, sendo que o correto “Língua de Sinais”. Isso é comum, pois até em dias atuais nos deparamos com pessoas que ainda utilizam “linguagem” para se referir a Língua do surdo. Já Tany Mary, filha ouvinte de pais, tios e avós surdos (conhecida na Libras como CODA) utiliza o termo “Língua de Sinais” e não linguagem de sinais. Diante disso, podemos perceber a não-aceitação da língua do outro como uma língua. Nomear como linguagem e não como língua significa a não compreensão do sistema linguístico da língua de sinais e atesta a dominância do discurso do surdo como o anormal a quem falta uma língua (oral).

Tany Mary fala da sua experiência com a Libras e com a língua oral: ela aceita as duas de forma natural. Apesar de ser ouvinte, ela foi criada imersa na cultura surda e só aprendeu a falar “corretamente” a língua oral quando começou a frequentar a escola. Percebe-se, portanto, que se trata de uma ouvinte cuja língua materna é a Libras.

Ainda com relação ao embate “linguagem de sinais” e “língua de sinais”, percebe-se aí uma relação de poder em que a língua oral se sobrepõe à língua de sinais. Na concepção ouvintista, para ser considerado como língua um sistema linguístico tem que ser a oral, tudo que a isso escapa é apenas linguagem.

Considerar a língua do surdo como uma “linguagem de sinais”, significa silenciar não apenas sua caracterização como língua (significações sociais, troca de informações, expressão de ideias e vinculações de discursos), mas também significa silenciar a identidade surda e possibilidade de aceitação da diferença. Em outros termos, significa aí a eficácia da normalização.

O discurso do “ser normal” tem “forçado” os pais – já que as crianças não têm autonomia de se decidir quanto a língua que deseja utilizar – a fazerem opção pela oralização, pelo implante coclear, pelo uso do aparelho, mas nunca, em primeira instância, pela escolha da língua de sinais.

No caso do “implante coclear”, inscreve-se já no próprio termo, sentidos que atestam a agressividade do procedimento: trata-se de uma imposição de normalidade em que normal significa ouvir. Como o surdo não ouve é necessário “implantar” algo que conserte o “ouvido defeituoso do surdo”.

Alguns surdos afirmam, no documentário, que a Língua de Sinais lhes traz liberdade. Com essa língua, eles ficam “mais soltos”. Dessa forma, forçar o surdo a falar é lhe tirar o direito de liberdade, é aprisiona-lo. Imagine se todos os ouvintes fossem privados da sua língua oral e se lhes impusessem o uso da língua de sinais. Será que todos iriam se adaptar?

O que é normal, ser surdo ou ouvinte? E quem define o patamar de normalidade? E o que significa ser diferente? O outro é sempre o estranho, e a mãe de Samantha reafirma isto quando diz que achava a filha estranha porque já havia completado um ano e cinco meses e a criança ainda não falava nenhuma palavra. A filha estava fora do padrão de normalidade das crianças da mesma idade. “Samantha era a estranha”.

Ainda há um silêncio a ser atravessado. Por que as pessoas têm que ser iguais, se cada um tem suas especificidades? O documentário sugere, então, que existe grupo de pessoas que são “privados da língua portuguesa” e que, portanto, precisam ser tratados clinicamente para ser “igual” ao outro.

Gostaríamos de confrontar esses sentidos sobre a surdez, a língua de sinais e o surdo com a materialidade do documentário pensado enquanto gênero cinematográfico. Referimo-nos ao fato de, diferentemente do filme de ficção, o documentário significa para o

telespectador uma formulação da realidade, um atestado da realidade e não uma realidade produzida a partir de um olhar, o do documentarista. Nesse sentido, ele se aproxima bastante do funcionamento de uma notícia, que são produzidas de modo a significar não uma interpretação da realidade, mas sim a própria realidade. Não por acaso muitos documentaristas são também jornalistas, como é o caso de Dorrit Harazim.

Sobre essa polêmica relação entre documentário e ficção, Modesto (2016) retomando e discutindo o posicionamento de Comolli, afirma que para esse autor “a dicotomia documentário-ficção somente se sustenta enquanto preconceito. E essa dicotomia tem a ver com o sujeito espectador.” (MODESTO, 2016, p. 4157). Assim, Modesto afirma:

O espectador de uma representação interpretada por atores é levado a crer que a unidade da cena, isto é, do “fato”, é a junção de corpo, texto e narrativa. Em outra direção, o espectador do documentário não precisa ser levado a dar unidade e coerência a uma cena (um “fato”), já que, pelas “regras do jogo”, sabe-se que “aqueles que ali estão, ali estão mesmo, são eles próprios, e não ‘representados’ por atores profissionais” (COMOLLI, 2008, p. 29). Tal fato, porém, não pode ser tomado como elemento de distinção entre o documentário e a ficção. Comolli afirma, nesse sentido, que os espectadores de documentários estão sob o invólucro de uma inocência ou ingenuidade que os fazem como que virgens de qualquer dimensão espetacular, virgens do fato de que o espetáculo está por toda parte. E tal invólucro significaria a “ilusão da não-ilusão” (COMOLLI, 2008, p. 29). Ao afirmar que a espetacularização é um sintoma da sociedade contemporânea, o autor aproxima e distingue documentário e ficção: por um lado, ambos estão submerso na *cultura do espetáculo*, fato que os remete a uma nunca apreensão do real; por outro lado, se a ficção é declaradamente *ficção*, o documentário silencia este seu aspecto, dando a si o poder de fazer ver uma *verdade*, pois os corpos ali filmados são garantidos como verdadeiros. (MODESTO, 2016, p. 4158)

Do ponto de vista discursivo, conforme afirma Orlandi (2016), o documentário não pode ser visto como representação da realidade, isto, retrato da realidade, mas sim um gesto de interpretação e produção dessa realidade. A autora afirma:

A memória discursiva, o interdiscurso, como não cansamos de repetir, é irrepresentável. E o documentário, quando recorta, sem o saber, essa memória em algum ponto, produzindo um acontecimento, não “representa”, [mas sim] produz um efeito, inserindo por seu gesto a memória em uma atualidade. E o que é essa atualidade assim produzida e sujeita a equívoco, com em todo acontecimento? Um/esse efeito. Uma formulação. (ORLANDI, 2016, p. 57).

Assim, podemos dizer que o documentário, ao retomar sentido “negativos” sobre a surdez, o surdo e a língua de sinais, produz um gesto de interpretação do real. Entretanto, essa

interpretação não circula como tal (como interpretação), mas sim como uma representação da realidade, como a própria realidade. Assim, em seu funcionamento discursivo, “Travessia do silêncio” retoma sentidos sobre a oralização como método para educação dos surdos e a língua oral como (única) possibilidade de o surdo produzir linguagem (efeito do interdiscurso), mas em sua formulação esses sentidos são apresentados não como “a” “realidade” disponível para o surdo. Nesse sentido é marcante o fato de o filme ser encerrado também com cenas de uma seção de terapia fonoaudiológica, agora com três crianças e não apenas uma como na cena de abertura. Marca-se, assim, a suposta eficácia da oralização como ferramenta de normalização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, pretendemos compreender quais os elementos ideológicos e discursivos determinam os significados da surdez e da língua de sinais no documentário “Travessias do silêncio”.

Também, tivemos como o propósito provocar no leitor uma reflexão sobre a relação que se pode (e deve) estabelecer entre um discurso e outro, de modo a que reforçar o fato de que não há discurso que se encerre em si mesmo. O que há são processos discursivos possíveis de serem recortados e analisados.

Considerávamos que por circular em um documentário, a textualização das narrativas sobre a surdez materializaria um discurso contra hegemônico, um discurso de resistência. Entretanto, nosso olhar tem apontado para reprodução de dizeres sedimentados sobre a surdez. Questionamo-nos, por exemplo, por elementos que, mesmo compondo a cena das condições de produção do documentário, foram silenciados nas narrativas prestigiados por Harazim. Esse é o caso, por exemplo, da luta da comunidade surda através do movimento social surdo pela legitimação da Língua de Sinais.

Procuramos, também, compreender como se definia a formação ideológica dominante, a qual circunscreve o modelo oral de língua e suas práticas como normalidade. Por isso mesmo, concluída a análise, o que se pode afirmar é que nosso gesto analítico deu visibilidade ao gesto de interpretação do documentário, o qual recorta do interdiscurso sentidos que associam a surdez à deficiência e não à diferença, à anormalidade e não à normalidade. De acordo com Orlandi (2012), o interdiscurso compreende todas “*as formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.*” Portanto, pode-se dizer que o interdiscurso é a memória discursiva, da qual não temos controle e é sobre essa memória que os sentidos se constroem dando a impressão de que somos o autor do nosso dizer. Dessa forma, “O sujeito se submete á língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia.” (ORLANDI, 2005, p.01).

Entre os surdos entrevistados, há os que reproduzem o discurso ouvintista, assumindo, assim, uma posição que ratifica a ideia errônea de que para ser aceito pela sociedade, para ser profissionalmente bem-sucedido, o sujeito tem que ser ouvinte, tem que se comunicar através da língua oral. O documentário reforça essa ideia quando dá mais visibilidade ao procedimento clínico para os sujeitos surdos e para o apagando a identidade e cultura surda.

Desse apagamento, decorre, por exemplo, o fato de em um grupo de aproximadamente 10 famílias, apenas uma ser uma família de pais surdos. A discussão em torno da educação do surdo que se circunscreve no documentário tem seu alicerce majoritariamente na opinião de pais ouvintes que não estavam inseridos na comunidade surda ou mesmo que tivessem o mínimo de conhecimento sobre a língua de sinais e a cultura surda.

Fez falta a presença de surdos usuários da língua de sinais, de surdos que militassem no movimento social, como por exemplo, o professor Nelson Pimenta. Isso permitiria dar visibilidade aos sentidos de surdez como diferença. No entanto, do início ao final o que opera é a surdez vista a partir de uma visão clínica, o surdo como deficiente, como um ser defeituoso e apagando assim, a identidade e cultura surda.

Esse silenciamento ratifica a posição de dominância do discurso ouvintista da oralização. Perpetua-se, então, o discurso da normalização e enfatiza-se, assim, a ideia de que o surdo é deficiente, é anormal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Silvana. **Jornalista vê sobreviventes do abandono**. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 de ago. 2002. Cultura. Disponível em: --. Acesso em: ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13020-legislacao-de-educacao-especial> -Acesso em 05/04/2017.

BRITO, Fabio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. Educação (Tese de Doutorado) – USP, São Paulo, 20/09/2013.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007, p. 19 - 34.

HALL, Stuart. **“A identidade em questão?”** In: A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. (SILVA, Tomaz Tadeu, trad.) 11. ed., 1. Reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011, pp. 7- 22.

HALL, Stuart. **“Quem precisa de identidade?”** In: Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. (SILVA, Tomaz Tadeu, org.) 14. ed., Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014, pp. 103-131

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001. Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=41050> > Acesso em 01/08/2017.

MODESTO, Rogério. **A Denúncia Como Forma de Falar do Social**. IN: Anais do II Seminário Internacional de Estudos Sobre Discurso e Argumentação (III SEDiAr) / Organização : Eduardo Lopes Piris, Isabel Cristina Michelan de Azevedo, Geralda de Oliveira Santos Lima . – Ilhéus: Editus- Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2016. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/321740907/2016-Anais-III-SEDiAr-Franco-San-Roman-Ethos-Cleon>> Acesso em: 17 de agosto de 2017.

ORLANDI, E. P. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento?** Tradução do francês. Eni P. Orlandi. 2ª edição. – Campinas, SP: Pontes, 1997, 7-9.

ORLANI, Eni. **A análise de discurso e seus entremeios:** notas a sua história no Brasil. In: Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, SP, n. 42, p. 21-40, jan./jun. 2002.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio:** no movimento do sentido. 6 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. In: **Discurso em análise:** Sujeito, Sentido e Ideologia. 3 ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p.55 - 67.

_____, E. P. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In II SIAD, 2005 Rio Grande do Sul e João Pessoa.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. 10. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 15-55.

ORLANDI, E. P. **Ser diferente é ser diferente:** a quem interessam as minorias? In: ORLANDI, E. P. (Org.). Linguagem, sociedade, políticas. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG, 2014.

PERLIN, Gladis T. T. **Identidades Surdas.** In: A surdez: um olhar sobre as diferenças/ org. de Carlos Skliar. – 6.ed. – Porto Alegre: Mediação, 2013.

PERLIN, Gladis. **As Diferentes Identidades Surdas.** [s.n.t.l.] Disponível em: <http://www.crescabrasil.com.br/pessoas/347/material/As_Diferentes_Identidades_Surdas%20Texto%201.pdf> Acesso em 03/07/2017

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem:** aspectos e implicações neurolinguísticas. - 3.ed. – São Paulo: Plexus, 2007.

SANTOS, Dayane Veras. **As representações sobre a Libras, o surdo e a surdez nos discursos de discentes ouvintes do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** TCC (Graduação) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa-Ba, 2016.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de Minoria.** In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). São Paulo: Paulus, 2005, p.11 – 14.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p.15 - 76.

STROBEL, Karin Lilian. **História dos Surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas.** In: QUADROS, Ronice Müller de e PERLIN, Gladis (org.). Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007

APÊNDICE

FILMES BRASILEIROS SOBRE O SURDO E A SURDEZ

A virada
Diretor: Felipe Maranhão
Produção: Felipe Maranhão
Ano: 2010
Língua(s): Libras
Duração: 00:19:49
Sinopse: Três amigas Surdas se encontram para conversar sobre suas vidas e situações difíceis por quais estão passando e acabam sem querer ajudando umas as outras, descobrindo a importância da verdadeira amizade. O filme é protagonizado por três atrizes Surdas.
Observações: disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=7moRyhDOdpo&t=614s >

Dessa Vida não se leva nada
Diretor: Dilson Nery
Produção: Dilson Nery
Ano: Informação não encontrada
Língua(s): Libras com legenda em português
Duração: 00:04:53
Sinopse: Morre três rapazes (um cego, um cadeirante e um surdo) e suas mães escolhem um objeto para colocar em sua tumba. Vejam quais foram as escolhas!
Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=RqtsC1lpOk4 >

Diálogos do Silêncio
Diretor: Aline Soares e Ramon Cardoso
Produção: Elton da Silva
Ano: 2013
Língua(s): Língua Portuguesa e Libras
Duração: 00:55:50
Sinopse: O documentário “Diálogos do silêncio”, produzido por alunos do curso de Rádio e TV da Universidade de Santo Amaro (UNISA), traz à tona uma série de questões relacionadas às culturas e comunidades surdas: os discursos identitários, as políticas de educação para surdos (das escolas bilíngues para surdos à inclusão em escolas regulares), as lutas por acessibilidade, os desafios no mundo do trabalho, o cotidiano, etc. No filme nos deparamos com depoimentos de surdos e ouvintes que fazem coro sobre a importância de se lutar pelos direitos surdos, e afirmando suas especificidades linguísticas e culturais.
Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=tqVThSkQZ1U >

Dois Mundos
Diretor: Thereza Jessouroun
Produção: Thereza Jessouroun
Ano: 2009
Língua(s): Libras com legenda em português
Duração: 00:15:11
Sinopse: Para os surdos, existem dois mundos: o mundo do silêncio e o mundo sonoro. Esse filme é sobre a experiência com o mundo dos surdos que transitam entre os dois mundos.
Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Ww3nW6U0fTM&t=455s >

Gravidez Indesejada
Diretor: Dilson Nery
Produção: Dilson Nery
Ano: Informação não encontrada
Língua(s): Libras com legenda em português
Duração: 00:06:02
Sinopse: A história de um casal que não queria mais filhos e não sabiam como evitar.
Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=9ITa4wKuMEc >

Ladrão de Merda
Diretor: Dilson Nery
Produção: Dilson Nery
Ano: Informação não encontrada
Língua(s): Libras com legenda em português
Duração: 00:06:11
Sinopse: Um misterioso roubo acontece na casa de uma mulher surda e ela nem desconfia dos suspeitos.
Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=SUqSKAXxY8U&pbjreload=10 >

O emprego dos sonhos
Diretor: Dilson Nery
Produção: Dilson Nery
Ano: Informação não encontrada.
Língua(s): Libras com legenda em português
Duração: 00:07:17
Sinopse: Conta a história de Carlos (surdo) que não gostava de procurar emprego e adorava dançar.
Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=hSo-Oxzz9i8 >

O Grito da Alma
Diretor: Alexander Pimentel
Produção: Ministério de Surdos Neemias – Sheila Nunes

Ano: 2008
Língua(s): Libras com legenda em português
Duração: 00:41:41
Sinopse: João é um jovem surdo, filho único de uma família de classe média, cresce sendo superprotegido por sua mãe, que o trata como criança considerando-o uma pessoa doente e indefesa. É um jovem sem amigos, fechado em si mesmo, principalmente, por seus pais negarem a sua surdez. Seu mundo se resume a tudo que ele vê através dos noticiários de TV, como: guerras, destruição, acidentes, mortes, etc. Sem entender tudo que vê, por não ouvir as informações dadas pelo repórter, suas inquietações o levam para novas experiências em sua vida em busca de respostas.
Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=hVQaizrWqDM >

O Resto é Silêncio
Diretor: Paulo Halm
Produção: Eduardo Nunes
Ano: 2003
Língua(s): Libras
Duração: 00:20:10
Sinopse: Totalmente interpretado por adolescentes surdos, o filme conta o encontro de Lucas, um rapaz solitário, com Clara, também surda.
Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=td_UJxupztY&t=90s >

Retratos da Vida
Diretor: Alexsander Pimentel
Produção: Sheila Nunes
Ano: Não encontrado
Língua(s): Libras com legenda em português
Duração: 00:38:13
Sinopse: Filme com fins evangelísticos
Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=HBQleAIGFxc >

Testamento de Família
Diretor: Dilson Nery e Rúbem Soares
Produção: Nathalia Henrique, Marcos Florence, Jéssica Carecho, Marcos Florence, Verônica Horonato, Marcos Antonio Ramos, Yasmin Anunciato.
Ano: Não encontrado
Língua(s): Língua portuguesa e Libras
Duração: 00:09:49
Sinopse: Ao ouvir, secretamente, o que seus herdeiros estão a tramar, uma senhora surda e muito rica decide quem colocar em seu testamento.
Observações: Tal história está presente no vídeo “Testamento de Família”, produzido pelo projeto Porta dos Surdos. Disponível em: < https://www.youtube.com/channel/UCWiusKQLJ9RsOocy097GqnQ >

Travessia do Silêncio
Direção e roteiro: Dorrit Harazim
Produção: VideoFilmes – produtora Raquel Zangrandi
Ano: 2004
Língua(s): Português e Libras
Duração: 58 min
Sinopse: Travessia do Silêncio” é um documentário que aborda a relação dos surdos com o mundo ouvintes, e também, relatos de familiares que tiveram filhos surdos e não sabiam o que fazer, pois, no momento tiveram que enfrentar o medo, a angústia, o sentimento de culpa e o desespero.
Observações: disponível em: < https://www.youtube.com/watch?time_continue=23&v=B_0nFpHNwz8 >